



MINISTÉRIO DA DEFESA
Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco O, 2º andar, sala 219, CEP: 70049-900
Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF
Telefone: (61) 2023-5422 - E-mail: nupreg@defesa.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 52/2020

PROCESSO Nº 60220.000667/2019-68

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI), por meio da Coordenação de Licitações (COLIC), sediado na Esplanada dos Ministérios, Anexo 1 do Bloco “O”, sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70052-900, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critérios de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO e MENOR PREÇO POR ITEM**, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012**, do **Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013**, do **Decreto nº 9.857, de 25 de junho de 2019**, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28 de dezembro de 2020.

Horário: 9 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual contratação de Empresa Estratégica de Defesa (EED) para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), caracterizando um Sistema Criptográfico de dados corporativos trafegados através de uma rede de comunicações, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de algoritmo criptográfico de Estado e, ainda, a eventual contratação de empresas para a instalação, configuração e suporte remoto de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, bem como para capacitação avançada à equipe técnica do MD, a fim de atualizar a Rede Operacional de Defesa (ROD), visando também a implantação da Rede de Passagem**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta por 2 (dois) grupos e 6 (seis) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação nos grupos ou itens que forem de seu interesse.

1.3. Os critérios de julgamento adotados serão os de **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO e MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020/2021, na classificação abaixo:

2.1.1. Órgão/Unidade: 52101

2.1.2. UASG: 110404 (Departamento de Administração Interna do MD)

2.1.3. Ptes: 168625 – Modernização do SISCOMIS

2.1.4. Fonte: 100

2.1.5. Ação: 20X5 (Comando e Controle da Defesa Nacional)

2.1.6. Programa: 2058 (Política Nacional de Defesa)

2.1.7. Natureza de Despesa: 33.90.40 e 44.90.52.

3. **DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2. **Não ser admitida a adesão às Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação.**

4. **DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 5.2. Para os **itens 1 e 2 (Grupo 1)**, a **PARTICIPAÇÃO É EXCLUSIVA EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA - EED** (arts. 2º, IV, e 3º, § 1º, da Lei nº 12.598/2012 c/c arts.12 e 13 do Decreto nº 7.970/2013).
- 5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 5.3.9. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 5.3.9.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

5.3.10. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio de que trata o § 4º do art 3º da Lei nº 12.598, de 2012.

5.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão / função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.4.2. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1. **que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei;**

5.5.2. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.5.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. OS LICITANTES ENCAMINHARÃO, exclusivamente por meio do sistema, **CONCOMITANTEMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO ITEM 9 DO EDITAL, PROPOSTA COM A DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO E O PREÇO**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário dos itens que compõem o grupo (no caso dos Grupos 1 e 2) e valor unitário dos item (no caso dos itens 7, 8, 9, 10, 11 e 12);

7.1.2. Marca / modelo (se for o caso);

7.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações relativas à especificação do Termo de Referência.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, conforme anexo deste Edital;

7.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a

realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

7.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O prazo de validade da proposta a **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 8.2.4. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Sistema de Compras Governamentais – CATMAT/CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão as do Anexo I (Termo de Referência).**
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DOS ITENS QUE COMPÕEM O GRUPO** (no caso dos Grupos 1 e 2) ou pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM** (no caso dos itens 7, 8, 9, 10, 11 e 12).
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento).
- 8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. Ao formular seu lance, o licitante deverá evitar que os valores unitários e totais extrapolem o número de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor, no valor cotado.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Os critérios de julgamento adotados serão o **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO** e **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

8.27.1. prestados por empresas brasileiras;

8.27.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.27.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.29.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro deverá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (Acórdão 2134/2013 Plenário).

9.3. A análise da exequibilidade da Proposta de Preços ocorrerá através da observância da proposta final do licitante, conforme anexo deste Edital.

9.4. A Proposta de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

9.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

9.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

9.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não

tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.4.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, que resulta da aplicação de penalidade com base na Lei nº 12.846, de 2013 (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inhabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inhabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4.1. Havendo a solicitação de documentos não-digitais, serão aceitos, para tais fins, documentos apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

10.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA APENAS PARA O GRUPO 1:

10.8.7.1. A empresa partícipe do certame deve estar credenciada como Empresa Estratégica de Defesa - EED, em conformidade ao disposto no inciso IV, art. 2º da Lei 12.598/2012;

10.8.7.2. O envio da comprovação do cadastramento será dispensado, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do Governo Federal <https://www.gov.br/defesa/pt-br> (lista de Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e de Produtos Estratégicos de Defesa (PED)), imprimindo-a e anexando-a ao Processo.

10.8.7.3. Em atenção ao disposto no Termo de Licitação Especial (TLE) e nas normas vigentes, por ocasião do envio da proposta de preços e para fins de cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica para os Módulos de Segurança Criptográficos, o licitante vencedor **DEVERÁ**

DECLARAR, ATRAVÉS DO ENVIO DE DOCUMENTO, que:

10.8.7.3.1. descreva o algoritmo criptográfico com 100% (cem por cento) de conteúdo nacional, apresentando documento que adota **algoritmo de Estado, conforme os Anexos A e B constantes na NC 09/IN01/DSIC/GSI/PR**, de 15 de julho de 2014, disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=keqyyQyPBvRYm0xKSsHL_DocpJLlgUzvosej6ZluuKg; e

10.8.7.3.2. informe se tratar de um produto com o mínimo de 90% (noventa por cento) para o equipamento/*hardware*, apresentando declaração, em papel timbrado da empresa, listando os componentes do MSC com as respectivas procedências.

10.8.8. Ainda, a Empresa Estratégica de Defesa - EED:

10.8.1. será submetida à avaliação das condições previstas no inciso IV do caput na forma disciplinada pelo Ministério da Defesa (art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.598/2012);

10.8.2. será descredenciada caso deixe de atender às condições previstas no inciso IV, art. 2º da Lei 12.598/2012 (art. 11 do Decreto nº 7.970/2013); e

10.8.3. poderá solicitar credenciamento de PED, a qualquer tempo, mesmo após a abertura do procedimento licitatório (art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 7.970/2013).

10.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

10.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10 % (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.11.1. Visando garantir que a empresa é qualificada a atender os Níveis Mínimos de qualidade dos Serviços e a fornecer bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, a Licitante deve apresentar cópia de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de entrega, instalação, treinamento e suporte técnico dos itens demandados neste Termo de Referência e respectivos Adendos, naqueles que apresentam maior relevância na composição desse conjunto de serviços, indicando também que executou serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto deste Termo.

10.11.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos e serviços executados com as seguintes quantidades mínimas:

Grupo	Item	Bem/Serviço	Qtd
2	3	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ASR1001-X/K9	7
	4	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ISR 4451/K9	9
	5	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	35
	6	Instalação e configuração do Switch similar ao CISCO Catalyst C9200L	17
	8	Curso 300-501 SPCOR : Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	5
	9	Curso 300-510 SPRI : Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	3
	10	Curso 300-515 SPVI : Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	3
	11	Curso 350-701 SCOR : Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	3
	12	Curso 350-801 CLCOR : Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).	3

10.11.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.11.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

10.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

10.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

10.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

10.13.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

10.13.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

10.13.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

10.13.4. demonstração, pelo consórcio, somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

10.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

10.13.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

10.13.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

10.13.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

10.13.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

- 10.13.9. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I do § 4º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 2012.
- 10.13.10. O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no caput do § 4º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 2012.
- 10.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 10.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 10.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 10.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.3. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelos critérios de **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO e MENOR PREÇO POR ITEM**, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.2.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16. **DO TERMO DE CONTRATO**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, **apenas para os Grupos 1 e 2 e para o item 7 constantes na Tabela 2.1. do Termo de Referência.**

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. A seguir, constam os **prazos de vigência contratual:**

16.4.1. **Vigência contratual relativa ao Grupo 1 (itens 1 e 2) da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **48 (quarenta e oito) meses**, não podendo ser prorrogado, com base no art. 57 - IV, da Lei nº 8.666/93, sem direito ao reajuste previsto na seção 11 do Termo de Referência.

16.4.2. **Vigência contratual relativa ao Grupo 2 da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, não podendo ser prorrogado.

16.4.3. **Vigência contratual relativa ao Item 7 da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, com base na Lei nº 8.666/93.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo Substitutivo de Contrato, **apenas para os itens 8, 9, 10, 11 e 12 constantes na Tabela 2.1. do Termo de Referência.**

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo Substitutivo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da homologação do pregão eletrônico, conforme previsão contida no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do Termo Substitutivo de Contrato e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do Termo Substitutivo de Contrato e da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Termo Substitutivo de Contrato e da Ata de Registro de Preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o Termo Substitutivo de Contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Termo Substitutivo de Contrato e a Ata de Registro de Preços.

18. **DO REAJUSTE**

18.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

19. **DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

20. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

21. **DO PAGAMENTO**

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, Anexo I ao Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo substitutivo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não manter a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.3.2. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail nupreg@defesa.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).

25.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.9. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, via GRU (art. 32, § 5º da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e IN nº 2, de 22 de maio de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)).

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.13. Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.defesa.gov.br e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco “O”, sala 211, 2º andar - Ministério da Defesa, Coordenação de Licitações (COLIC), Plano Piloto, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.14.1. Anexo I ao Edital - Termo de Referência.

25.14.1.1. Apêndice I ao Termo de Referência - Termo de Licitação Especial.

25.14.1.2. Apêndice II ao Termo de Referência - Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços.

25.14.1.3. Apêndice III ao Termo de Referência - Termo de Recebimento Provisório.

25.14.1.4. Apêndice IV ao Termo de Referência - Termo de Recebimento Definitivo.

25.14.1.5. Apêndice V ao Termo de Referência - Documento de Oficialização da Demanda.

25.14.1.6. Apêndice VI ao Termo de Referência - Termo de Compromisso.

- 25.14.1.7. Apêndice VII ao Termo de Referência - Termo de Ciência.
- 25.14.1.8. Apêndice VIII ao Termo de Referência - Termo de Confidencialidade.
- 25.14.1.9. Apêndice IX ao Termo de Referência - Termo de Responsabilidade.
- 25.14.1.10. Apêndice X ao Termo de Referência - Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio.
- 25.14.1.11. Apêndice XI ao Termo de Referência - Especificações Técnicas da Solução da Rod Segura.
- 25.14.1.12. Adendo A ao Apêndice XI do Termo de Referência - Proposta de Solução Para a Nova Rod.
- 25.14.1.13. Adendo B ao Apêndice XI do Termo de Referência - Localização das Organizações e dos Terminais Satelitais.
- 25.14.1.14. Adendo C ao Apêndice XI do Termo de Referência - Localização da Instalação dos Ativos de Rede.
- 25.14.1.15. Adendo D ao Apêndice XI do Termo de Referência - Modelos de Telas de Monitoramento.
- 25.14.1.16. Adendo E ao Apêndice XI do Termo de Referência - Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços (NMS) para a Solução de TI.
- 25.14.1.16.1. Anexo II ao Edital - Modelo de Proposta de Preços.
- 25.14.1.16.2. Anexo III ao Edital - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 25.14.1.16.3. Anexo IV ao Edital - Minuta do Termo de Contrato.
- 25.14.1.16.4. Anexo V ao Edital - Minuta do Termo Substitutivo de Contrato.
- 25.14.1.12. Apêndice XII ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar Digital nº 46/2020.
- 25.14.1.13. Apêndice XIII ao Termo de Referência - Mapa de Gerenciamento de Riscos.

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS

Contra-Almirante (IM)

Diretor do Departamento de Administração Interna



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 14/12/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3028076** e o código CRC **7105EA0B**.



ANEXO I ao Edital

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS
SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)

1.1. Eventual contratação de EED para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), caracterizando um Sistema Criptográfico de dados corporativos trafegados através de uma rede de comunicações, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de algoritmo criptográfico de Estado, e ainda a eventual contratação de empresas para a instalação, configuração e suporte remoto de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, bem como para capacitação avançada à equipe técnica do MD, a fim de atualizar a Rede Operacional de Defesa (ROD), visando também a implantação da Rede de Passagem.

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN. 01/2019, ART. 14)

A descrição da solução de TIC a ser contratada está exposta no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA apensado ao presente termo.

Para fins de simplificação, define-se:

- **Nova ROD:** solução de TI a ser obtida que atualizará a atual Rede Operacional de Defesa (ROD), visando a implantação da Rede de Passagem (RP);
- **Solução MSC:** solução de TI a ser obtida por meio do fornecimento, instalação e configuração dos Módulos de Segurança Criptográfico (MSC), os quais estabelecerão os túneis seguros sobre a Nova ROD, definindo um Sistema Criptográfico de Tráfego de Dados sobre uma rede IP, o qual obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de Algoritmo Criptográfico de Estado; e
- **ROD Segura:** é a solução de TI a ser contratada por meio deste termo e é composta pelas soluções **Nova ROD** e **Solução MSC**.

2.1 BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

A Tabela 2.1 apresenta o quantitativo de bens e serviços necessários para a **ROD Segura**, cujo cálculo da demanda está registrado na seção 8 deste termo.

Tabela 2.1. bens e serviços necessários para a ROD Segura

Grupo	Item	Bem/Serviço	CATMAT/CATSER (ND)	Unid	Qtd
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia, instalação e configuração	70653 (4.4.90.52)	Un	151
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração		Un	4
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR1001-X/K9	27359 (3.3.90.40)	Un	15
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9		Un	19
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9		Un	71
	6	Instalação e configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L		Un	34

Grupo	Item	Bem/Serviço	CATMAT/CATSER (ND)	Unid	Qtd
-	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses		Serviço	1
-	8	Curso 300-501 SPCOR : Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	16837 (3.3.90.40)	Por pessoa	11
-	9	Curso 300-510 SPRI : Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions		Por pessoa	7
-	10	Curso 300-515 SPVI : Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)		Por pessoa	7
-	11	Curso 350-701 SCOR : Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)		Por pessoa	7
-	12	Curso 350-801 CLCOR : Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).		Por pessoa	7

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 15)

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 15)

As necessidades de negócio para a presente contratação estão registradas nos seguintes documentos:

- a. Termo de Licitação Especial (TLE), constante no Apêndice I, que foi deliberado na 31ª Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria da Defesa (RD-CMID), realizada em 30 JUL 2020, aprovada pelo Despacho Decisório Nº 33/GM-MD, de 19 de agosto de 2020; e
- b. Documento de Oficialização da Demanda (DOD), de 05 AGO 2020, da SC-1.3, constante no Apêndice V.

De acordo com o preconizado no Decreto nº 9.570/2018 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, em seu art. 14, inciso IV do Anexo I, é atribuída à Subchefia de Comando e Controle (SC-1), da Chefia de Operações Conjuntas (CHOC), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) a responsabilidade de, em conjunto com as Forças Armadas (FA), prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os Centros de Comando e Controle (CC²) pertencentes ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²).

Cabe ao SISMC² interligar os diversos níveis decisórios da Estrutura Militar de Defesa, de forma integrada, oportuna, simples, segura, flexível, confiável e contínua.

A Estratégia Setorial de Defesa (ESD 3.1/ASD 3.1.8), contida no Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031 (PES), prevê a participação do MD em operações interagência. Para isso, faz-se necessário que ocorram trocas de informações entre os diversos sistemas envolvidos, onde pode ser destacado o sistema de Logística do EMCFA, denominado Sistema APOLO. Esse sistema coleta, armazena e processa informações provenientes de bancos de dados da ANAC, ANTT, ANS, dentre outros. A nova topologia deverá considerar solução que viabilize as consultas aos servidores externos, bem como assegurar uma proteção cibernética à rede da Defesa.

Para estruturar a interligação dos diversos Centros de Comando e Controle (CC²), a SC-1 desenvolveu a Rede Operacional de Defesa (ROD) que permite a interoperabilidade entre as Forças Armadas e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). Para permitir a interoperabilidade, faz-se necessário que os serviços a serem utilizados estejam hospedados em um ou mais *datacenters*, com acesso por todos os usuários, a partir das redes de dados das Forças.

Assim, o SISMC² deve evoluir para atender às estruturas de C² identificadas nos planejamentos operacionais para as diversas hipóteses de emprego. Dessa forma, faz-se necessário uma adequação dos pontos de presença da ROD para atenderem aos Distritos Navais, Comandos Militares de Área e às ALAs, também os principais *datacenters* das Forças, Estações Centrais do SISCOMIS e outras instalações identificadas no decorrer do processo de contratação. Deverá contemplar um incremento na capacidade de transmissão de dados, empregando enlaces seguros que atendam aos requisitos legais vigentes e um gerenciamento ativo da rede. Essa estrutura deverá ser acompanhada de um sistema de monitoramento, operação e gerenciamento eficiente e descentralizado. A Gestão da Rede será exercida pela Subchefia de Comando e Controle, podendo ser apoiada pela DETIC, do MD, e por estruturas de TIC das FA.

Parte dos ativos de rede necessários ao estabelecimento da nova topologia já foram adquiridos em 2019 estando em processo de recebimento e entrega. Devido à grande quantidade desses equipamentos e à sua futura distribuição nas diversas localidades do Território Nacional, a carência de mão de obra especializada e disponível no MD e nas FA, far-se-á necessária a contratação de empresa especializada para sua instalação, configuração e implementação de dispositivos de segurança (criptografia) de rede que atendam aos requisitos legais, assegurando uma proteção cibernética à ROD.

Há crescente demanda por sistemas de comunicações mais versáteis, fáceis de montar, sem fios, baratos e eficientes do que os providos atualmente pela ROD, dada a limitação e a obsolescência do atual parque de equipamentos, que precisa ser modernizado, a fim de bem utilizar com segurança a internet e outras redes públicas e com capacidade de empregar ferramentas de monitoramento em tempo real.

Nesse contexto, busca-se uma ROD com conceitos modernos e capilaridade adequada às demandas atuais, que proporcionem e assegurem um ambiente seguro e eficiente, empregando uma tecnologia atual. Para isso, é mister a necessidade de uma ROD segura com capacidade de geração

de alertas de tentativas de intrusão, utilização de ferramentas de gestão de vulnerabilidades, implementação de ferramentas de criptografias com capacidades para cifrar enlaces completos, enlaces de usuários e dispositivos móveis (*desktops*, *notebooks* e *smartphones*) e capacidade para estabelecer ambientes seguros sem fios, por intermédio do uso de criptografia.

Salienta-se que a ROD é utilizada para transmissão de informações sigilosas em Operações Conjuntas e Operações Interagências e na transmissão de informações de nível estratégico e de caráter sigilosa, sendo fatores primordiais de sua gênese, a confidencialidade e a disponibilidade. Devido à necessidade de integração com outras redes, inclusive a internet, a ROD estará sujeita aos mesmos riscos e ameaças destes ambientes computacionais, evidenciando a importância da busca contínua por soluções que possam aumentar a segurança da informação.

Dessa forma, haverá a necessidade de contratação de EED para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED e a instalação e configuração de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, em locais a serem determinados para atualização da ROD.

Dando continuidade, com relação aos **aspectos funcionais da solução de TI** para atender as necessidades de negócio ora abordadas, é imperioso que a ROD possua a capacidade de comutar **com segurança** (garantia do sigilo) os dados que contêm as informações sigilosas tramitadas em Operações Conjuntas, em Operações Interagências e em nível estratégico. Assim, é preciso que a arquitetura de uma ROD Segura permita a criptografia **com algoritmo de Estado** por intermédio sobre túneis seguros entre equipamentos de interconexão dispostos nos enlaces de uma rede privada e pública, esta podendo ser a internet ou uma contratada, sobre as quais é assentada a rede de defesa. Entretanto, a aludida capacidade **não está implementada**. Diante dessa deficiência, o presente processo enunciou o objeto mencionado na seção 1 deste termo.

Avaliando o objeto deste processo e os respectivos resultados esperados listados na seção 3.5 deste termo, observa-se no mínimo dois grupos principais que compõem a lista de aquisição de bens e serviços para atender a demanda do negócio:

I - Fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), com o intuito de garantir a confidencialidades dos dados ao adentrar em redes públicas que compõem a ROD; e

II - Instalação e configuração de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, em locais a serem determinados, para atualização da ROD, visando a implantação da Rede de Passagem.

Os itens que compõem esses grupos listados na tabela 2.1 (Grupo 1: itens 1 e 2; Grupo 2: itens 3 a 6), dadas as características técnicas que compõem cada solução, conforme exposto no Apêndice I, não podem ser adquiridos separadamente, dado que os produtos, protocolos e tecnologias a serem adotados devem ser implantados de forma coerente e coesa, eliminando o risco de incompatibilidade, o que seria oneroso para administração pública, podendo inclusive inviabilizar as soluções pretendidas.

Conforme ainda enunciado pelo objeto em epígrafe, cabe ainda destacar que, para o:

- item 'I' supra, **estão excluídos** os seguintes aspectos funcionais da solução de TI (uma vez que tais aspectos podem perfeitamente ser atendidos por outras soluções):
 - autenticação e gestão de identidade;
 - segurança aos usuários móveis;
 - evitar, aos dispositivos do MD, sejam estes *frontend*, intermediários ou finais, ataques de *Brute Force*, *DDoS*, *Phishing*, *Malware* ou *Man-in-the Middle*;
 - criptografia dos dados antes de adentrar na Rede de Passagem;
 - garantir a inviolabilidade da informação na sua gênese;

- garantir o *compliance* com as exigências da LGPD.
- item 'II' supra:
 - deve contemplar um "Sistema Criptográfico de Tráfego de Voz e Dados, e Rede IP Fixa, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de Algoritmo Criptográfico de Estado". Esse sistema é consubstanciado pelo **item 'I'** supra, o que será elucidado mais adiante; e
 - trata de um serviços sobre equipamentos **já adquiridos**. Tais equipamentos são fabricados pela empresa americana Cisco Systems.

Essas exclusões supracitadas, embora necessárias, se deve ao fato de que o MD já as trata por meio de um grande programa de TIC, cujas entregas serão realizadas até 2022.

Ademais, há benefícios esperados pelo negócio relacionados a **necessidade de uma rígida continuidade da solução de TI**, mesmo defronte à carência de mão de obra especializada e disponível no MD, conforme já registrado no TLE e DOD supratranscritos. Diante disso tudo, projeta-se então pelo menos mais quatro itens ou grupos que também deverão compor a lista de aquisição de bens e serviços:

III - capacitação avançada para a equipe técnica do MD responsável pelo planejamento, operação e manutenção da Nova ROD, sendo necessária uma reciclagem periódica dos conhecimentos correlacionados;

IV - compreensão avançada dos fundamentos e técnicas adotadas para a Nova ROD **sob a ótica do fabricante do equipamento adquirido**, também com o intuito de entender com profundidade a tecnologia implementada nesses equipamentos.

V - contratação de empresa para suporte à Nova ROD, a qual apoiará tecnicamente a equipe do MD; e

VI - adoção de Sistema de Monitoramento de Rede para a Nova ROD, ou contratação no modelo "Solução como Serviço", com funcionalidades avançadas, visando uma acurada supervisão dos eventos que ocorrem na rede.

Adiante, serão enunciados as necessidades tecnológicas para esses quatro itens ora identificados.

3.1.1 - Módulo de Segurança Criptográfico

O Módulo de Segurança Criptográfico (MSC) é o componente da solução de TI a ser adquirido, a serem justapostos aos ativos da ROD, que fará a criptografia dos dados em *hardware* ou **em software**, adotando o **algoritmo de Estado**, e estabelecerá os túneis seguros entre as organizações e os terminais da ROD que compõem o SISMC², de forma transparente para os usuários, requisito estratégico este já exposto na subseção 1.1 supra e nos documentos que antecedem este estudo. Assim, o sigilo das informações é garantido quando estas trafegam através desses túneis seguros, os quais, em conjunto com os MSC, caracterizam a **Solução MSC**.

Para a construção virtual de um túnel seguro, cabe ressaltar que:

- há dependência ao menos de um par MSC, sendo imprescindível a compatibilidade entre eles dos parâmetros de comunicação e do algoritmo criptográfico;
- um par MSC, que define um ponto A e um ponto B localizados remotamente e em posições distintas, pode implantar vários túneis (embora possa haver diversos túneis, a informação trafegará sempre da A para B e vice-versa, não havendo possibilidade de que essa informação criptografada seja entregue a um terceiro ponto); e

- é independente da rede sobre o qual é assentado, sendo apenas necessário o conhecimento e a alcançabilidade do endereço IP desses módulos.

Dada a característica diferenciada da ROD, e em atenção a legislação vigente, em especial as NC 07 e NC 09/IN01/DSIC/GSI/PR, ambas de 15 de julho de 2014, é evidente que todas as comunicações sobre a rede de defesa precisam estar criptografadas, ou seja, é imperioso construir os túneis seguros em todos os tipos de enlaces da ROD descritos na Tabela 3.1.

Tabela 3.1. tipos de enlaces da ROD

Tipo do enlace	Finalidade	Qdt de pontos
Enlaces satelitais com frequência própria	Atender terminais do SISCOMIS	109
Enlaces satelitais com frequência alugada		
Enlaces sobre uma rede pública	Atender organizações do SISCOMIS	44
Enlaces em meio confinado sobre uma rede privada		
Enlaces em meio não-confinado sobre uma rede privada		
Internet		

Ademais, cabe reforçar ainda que, para atender os requisitos estratégicos e a legislação vigente, o MSC deve ainda:

- ser um PED com 100% (cem por cento) de conteúdo nacional para algoritmo criptográfico e com o mínimo de 90% (noventa por cento) para o equipamento; e
- embarcar o **algoritmo de Estado** atendendo as especificações previstas nas normas do Departamento de Segurança da Informação do GSI, conforme definido pela NC 09/IN01/DSIC/GSI/PR, de 15 de julho de 2014.

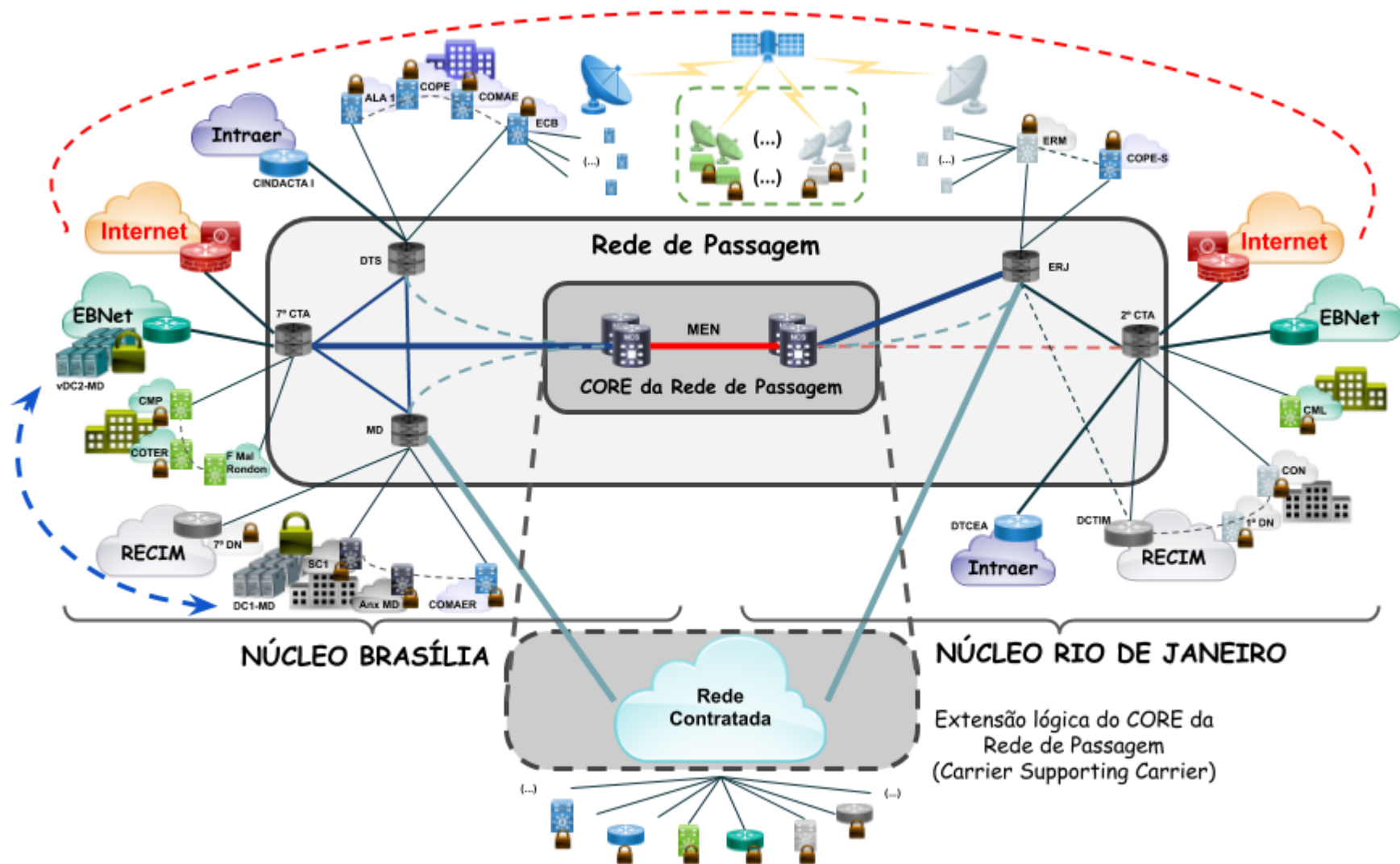
Concluindo, observa-se que esses módulos, desde que sejam PED abarcados com algoritmo de Estado, são necessários e suficientes para que haja a transmissão segura de informações através de um canal de comunicações.

3.1.2 - Instalação e configuração de equipamentos de interconexão de rede já adquiridos

Parte dos ativos de rede necessários ao estabelecimento da **Nova ROD** já foram adquiridos em 2019 e estão em processo de recebimento. No entanto, devido à grande quantidade desses equipamentos e à sua futura distribuição nas diversas localidades do Território Nacional defronte à carência de mão de obra especializada e disponível no MD e nas FA, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para sua instalação, configuração e implementação de dispositivos de segurança (criptografia) de rede, desde que atendam aos requisitos legais de sigilo, a fim de:

- atualizar a topologia da ROD;
- assegurar a proteção cibernética adequada à ROD após essa atualização;
- permitir o gerenciamento e monitoramento dos equipamentos envolvidos; e
- implantar a Rede de Passagem, definida no RELATÓRIO N° 3/SC-1.3/SC-1/CHOC/EMCFA, de 7 de outubro de 2016, que será uma rede de interligação (denominada de núcleo central ou CORE) entre o MD e as Forças, cuja finalidade é o encaminhamento seguro, flexível e versátil de pacotes IPv4 e IPv6, segregados ou não, advinda das bordas, compostas pelas Forças e pelas redes internas do MD, uma operacional e a outra administrativa. Essa rede, que está ilustrada na Figura 3.1, será constituída por:
 - roteadores de núcleo de rede (roteadores CORE);
 - enlaces entre os roteadores CORE; e
 - enlaces entre os roteadores CORE e os roteadores de borda (roteadores EDGE).

Figura 3.1 - Topologia conceitual da solução



3.1.3 - Transferência de conhecimento da ROD Segura

A transferência de conhecimento da ROD Segura, inerentes aos itens 3.1.1 e 3.1.2 supra, visa sedimentar conhecimento técnico de alta complexidade, multidomínio, multifuncional e versátil, para manter e operar a solução a ser entregue. Essa capacitação deve ser executada antes da implantação, abrangendo dois importantes escopos:

- fundamentos que compõem a solução de TI, com simulação das técnicas, a fim de permitir aos técnicos o conhecimento basilar da tecnologia adotada sobre os equipamentos já adquiridos; e
- aplicação desses fundamentos e simulação para cada técnica adotada na presente solução, com o intuito de transferir todo conhecimento tecnológico implementado.

Assim, no contexto dos escopos 'a' e 'b', observa-se que há a necessidade de estruturar laboratórios para a simulação da Nova ROD.

3.1.4 - Capacitação avançada para a equipe técnica do MD

A capacitação avançada para a equipe técnica do MD visa sedimentar conhecimento técnico de alta complexidade, multidomínio, multifuncional e versátil, para manter e operar a ROD Segura. Essa capacitação deve ser executada antes da implantação, abarcando a compreensão avançada dos fundamentos e técnicas adotadas para a Nova ROD sob a ótica do fabricante do equipamento adquirido, também com o intuito de entender com profundidade a tecnologia implementada nesses equipamentos.

Assim, observa-se que nessa situação:

- a empresa envolvida não precisa celebrar o TCMS; e
- há a necessidade de realizar treinamentos oficiais homologados pelo do fabricante do equipamento adquirido.

Outrossim, sempre que possível e vantajoso à Administração, a capacitação deve ser realizada no formato Ensino à Distância (EAD), pois, dado o avanço da tecnologia, esse formato é de qualidade e é mais econômico para administração, uma vez que os custos são reduzidos para as empresas e não há necessidade de passagens e diárias para os instruídos.

Por último, é importante ressaltar ainda a imprescindibilidade da preservação e da evolução do conhecimento, a fim de que este não se perca com o tempo. Para tanto, as duas abordagens a seguir são primordiais e necessárias:

- certificar a equipe técnica do MD, pois a preparação para tal processo faz parte da metodologia para a sedimentação do conhecimento, dado que as pessoas precisam se dedicar com afinco para tal certificação, e isso faz com que os especialistas do MD tenham contato com fundamentos da solução ora preterida, o que garante a melhoria contínua, em todos os sentidos, da infraestrutura e das técnicas que compõem a ROD; e
- prever capacitações periódicas para assegurar a continuidade e a perpetuação do conhecimento dentro do quadro de pessoal que compõe os especialistas que operam a ROD.

3.1.5 - Contratação de empresa para suporte à Nova ROD

Dadas a rigidez dos requisitos de manutenção, que refletem a necessidade de continuidade no fornecimento da Solução de TIC em caso de falhas, e a carência de mão de obra especializada e disponível no MD, é imprescindível a contratação de empresa para suporte à ROD que apoiará tecnicamente a equipe do MD.

Essa empresa deve monitorar os eventos da ROD e, nos casos que possam comprometer a rede, agir prontamente para garantir a respectiva disponibilidade, continuidade e estabilidade, respeitando os procedimentos que serão previstos em contrato.

3.1.6 - Sistema de Monitoramento de Rede para a ROD Segura

A atual ROD não dispõe de um adequado Sistema de Monitoramento de Rede, acarretando na adoção frequente de soluções de contorno para sanar a miríade de problemas que surgem repetidamente. Isso promove respostas equivocadas e custosas, prejudicando a disponibilidade da rede e a experiência do usuário.

Assim, para a ROD Segura, é fundamental a adoção de um Sistema de Monitoramento de Rede com funcionalidades avançadas, com suporte, visando uma acurada supervisão dos eventos que ocorrem na rede e **garantindo uma rígida continuidade da ROD e, conseqüentemente, dos serviços de TI que apoiam o negócio**, os quais são suportados por essa rede. Isso poderá ser em parte atendido utilizando as funcionalidades de monitoramento dos equipamentos já adquiridos.

3.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, ART. 15, INCISO I)

3.2.1 - ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
ID	Objetivos Estratégicos
OE 4	Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.
IE 4.2	Prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do SISMC ² .
IE 4.3	Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares

As referências ao alinhamento ao Planos Estratégicos da Secretaria Geral - SG podem ser encontradas nos links <http://intranet.defesa/index.php/informacoes-institucionais-superior/planejamento-estrategico-da-sg> e <https://www.governodigital.gov.br/EGD>.

3.2.2 - ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A 4.3.1	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS	M.4.3.14	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS até o final de 2019. Buscando atingir o IADTIC em 75%

O PDTIC pode ser acessado por meio dos links <https://www.defesa.gov.br/legislacao> e <http://intranet.defesa/index.php/informacoes/34-programas-e-projetos/241-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>.

3.2.3 - ALINHAMENTO AO PAC (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
OE 5.22	Projeto Ampliação e Manutenção de soluções de segurança da informação na ROD. Aquisição de ativos de redes especializados PTA 2020

3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

Conforme a Tabela 2.1 e APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA.

3.4. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN.01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

O parcelamento da ROD Segura, assim como a formação de grupos, conforme detalhado na subseção 3.1 do presente termo, abarca os itens resumidos a seguir

1. Aquisição dos Módulos de Segurança Criptográfico, conforme a subseção 3.1.1 do presente termo;
2. Instalação e configuração de equipamentos de interconexão de rede já adquiridos, conforme a subseção 3.1.2 e 3.1.6 do presente termo;
3. Transferência de conhecimento da ROD Segura, conforme a subseção 3.1.3 do presente termo;
4. Capacitação avançada com certificação para a equipe técnica do MD, conforme a subseção 3.1.4 do presente termo;
5. Contratação de empresa para suporte à Nova ROD, conforme a subseção 3.1.5 do presente termo; e
6. Sistema de Monitoramento de Rede para a ROD Segura, conforme a subseção 3.1.6 do presente termo, cuja parcela inicialmente será atendida pelas ferramentas já contidas nos equipamentos de rede adquiridos.

3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- Propiciar enlaces seguros a todos os elos da EttaMiD (Estrutura Militar de Defesa), atendendo aos requisitos estabelecidos na legislação vigente;
- Atualizar a topologia da ROD em proveito das atuais demandas operacionais e hipóteses de emprego;
- Atualizar os equipamentos de interconexão da ROD;
- Implementar e manter atualizadas as regras de segurança em função das ameaças cibernéticas e do enquadramento legal;
- Permitir o gerenciamento (monitoramento e configuração) ativo de todos os equipamentos envolvidos;
- Racionalização na distribuição e emprego dos equipamentos de TIC;

- Fornecer à ROD a capacidade de geração de alertas de tentativas de intrusão, utilização de ferramentas de gestão de vulnerabilidades, implementação de ferramentas de criptografias com capacidades para cifrar enlaces completos, enlaces de usuários e dispositivos móveis (*desktops*, *notebooks* e *smartphones*) e capacidade para estabelecer ambientes seguros sem fios, por intermédio do uso de criptografia; e
- Ter a possibilidade de realizar operações de gerenciamento e operação do sistema de comunicações criptográficas de forma eficiente e independente da empresa contratada.

3.6. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Observando que a tecnologia e a abrangência das soluções pretendidas são demasiadas grande, porém bastante modulares, o que permite uma implantação escalonada (com aquisições frequentes e entregas parceladas), considerou-se implantar as soluções de TI em no mínimo duas fases:

- Fase 1: o segmento terrestre do SISCOMIS; e
- Fase 2: o segmento espacial do SISCOMIS.

Assim, o processo de licitação deve ser realizado por intermédio de um Sistema de Registro de Preços (SRP), motivado dentro da hipótese contida nos incisos I e II do Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

3.7. JUSTIFICATIVA PARA A FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO – (IN. 01/2019, art. 12, §2º, inciso II)

3.7.1. Conforme o entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” e Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1) do Tribunal de Contas da União - TCU, “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada”.

3.7.2. No presente Termo de Referência, embora o objeto possa ser classificado como serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, em conformidade com o disposto no art. 1º da Lei nº 10.520/02, o instrumento convocatório deverá prever a possibilidade de participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto do presente termo envolve serviços de grande vulto, uma vez que:

3.7.2.1. Assim, tendo em vista a abrangência demasiada grande da Nova ROD, considerando todo o território nacional, haja vista a necessidade de grande aporte de capitais, instalação de infraestruturas, é importante permitir a formação de associações o que beneficiará a administração com o aumento da participação de empresas na licitação, aumentando a competição e consequentemente podendo reduzir o preço final da contratação.

3.7.3. O consórcio deve ser composto apenas por EED exclusivamente para os itens 1 e 2 da tabela 2.1.

3.7.3.1 Em havendo subcontratação de empresas, estas também devem ser EED, observando que não se admite a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação.

3.7.4 A responsabilidade pela execução do objeto é da futura CONTRATADA, inclusive com respeito à parte dos serviços que tiverem sido subcontratados ou terceirizados via associação.

3.8. DA SUBCONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, art. 12, §2º, inciso II)

- 3.8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, **apenas para os itens 1 a 7 da tabela 2.1**, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- 3.8.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 3.8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 3.8.5. Conforme o caso, a licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 3.8.538, de 2015, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 3.8.5.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 3.8.5.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 3.8.538, de 2015; e
- 3.8.5.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 3.8.6. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 3.8.6.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 3.8.6.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 3.8.666, de 1993](#); e
- 3.8.6.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 3.8.6.4. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
- 3.8.6.5. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas
- 3.8.6.6. No que tange aos itens 1 e 2 (Grupo 1), somente poderá ocorrer a subcontratação de Empresas Estratégicas de Defesa.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN.01/2019, ART. 16)

4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “A”)

Conforme subseção 3.1 deste termo.

4.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “B”)

Dos itens 1 a 2 (GRUPO 1) da tabela 2.1

4.2.1. Transferência de Conhecimento

4.2.1.1. Visando o entendimento das tecnologias e conceitos da solução, bem como permitir aos técnicos do CONTRATANTE a adequada operação da Solução MSC, a CONTRATADA deverá ministrar um curso específico para cada técnica/técnica/software adotados e para cada tipo de equipamento adquirido, expondo, dentre outros, ficha técnica, fundamentos, conceitos, cenários de aplicação.

4.2.1.2. A transferência de conhecimento deverá ser:

4.2.1.2.1. presencial ou à distância preferencialmente;

4.2.1.2.1.1. Se presencial, ocorrerá na sede do MD ou outro local a ser definido em Brasília-DF.

4.2.1.2.1.1.1. A CONTRATADA deverá oferecer coffee break, 1 (uma) vez a cada 4 horas, todos os dias do treinamento, compatível com a quantidade de instruídos e instrutores, contendo, no mínimo: café, água mineral, refrigerante ou suco, biscoito salgado ou doce e sanduíche ou pão de queijo.

4.2.1.2.2. ministrado por técnicos certificados pelos fabricantes ou fornecedores dos equipamentos, técnica/software e outros recursos utilizados nas soluções tecnológicas empregadas pela CONTRATADA;

4.2.1.2.3. difundido para até 15 (quinze) pessoas.

4.2.4.2. Na semana anterior à passagem de conhecimento, a CONTRATADA deve disponibilizar um técnico para realizar a preparação do laboratório para a atividade.

4.2.1.4. O conteúdo programático deverá ser submetido à apreciação do CONTRATANTE para sua aprovação, devendo a CONTRATADA realizar as alterações solicitadas.

4.2.1.5. Deverá ser entregue, impresso e em formato digital:

4.2.1.5.1. o material didático do treinamento e todo material e documentação, preferencialmente em português, necessário a perfeita compreensão da solução instalada (slides, apostila de laboratório, documentação do projeto executado no CONTRATANTE);

4.2.1.5.2. a configuração detalhada e comentada dos equipamentos, inclusive com destaques técnicos acerca da solução.

4.2.1.6. A CONTRATADA assumirá todas as despesas e encargos inerente à transferência de conhecimento, compreendendo as despesas com hospedagem, transporte e alimentação dos instrutores e demais despesas/custos indiretos que incidirem sobre esta contratação.

4.2.1.7. A transferência de conhecimento deverá possuir carga horária mínima de 20 (vinte) horas com no máximo 4 horas diárias. Esse horário poderá ser flexibilizado a critério do CONTRATANTE.

4.2.1.8. Após a sua conclusão da transferência, deverá ser emitido certificado de participação, assinado pelo instrutor, para cada instruído.

4.2.1.9. Caso 50% (cinquenta por cento) ou mais da turma considere o treinamento regular ou insuficiente, a CONTRATADA deverá realizar outro treinamento sem ônus para o CONTRATANTE.

Dos itens 3 a 6 (GRUPO 2) da tabela 2.1**4.2.2. Transferência de Conhecimento**

4.2.2.1. O objetivo e as condições da transferência de conhecimento são as mesmas descritas no item 4.2.1. No entanto, deve ser dividido em módulos conforme descrito a seguir:

4.2.2.1.1. Módulo 1: focado na Nova ROD, devendo:

4.2.2.1.1.1. abranger todas as técnicas utilizadas para implantação dessa solução, com ambos os protocolos IPv4 e IPv6, focado também na integração com as redes das Forças, expondo ainda conceitos de IGP (OSPF e EIGRP), BGP, MPLS, CSC, IPSec, GETVPN, DMVPN, QoS e Engenharia de Tráfego;

4.2.2.1.1.2. Conter atividades hands-on de todos os conceitos e técnicas supracitados;

4.2.2.1.4.2. Deve observar as regras previstas no ANO); e

4.2.2.1.1.4. ter, no mínimo, 40 horas de duração, os quais serão divididos em, no máximo, 20 horas semanais, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.

4.2.2.1.2. Módulo 2 – focado nos roteadores adquiridos, devendo:

4.2.2.1.2.1. incluir, no modelo hands-on, a operação, a configuração e o troubleshooting;

4.2.2.1.2.2. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.

4.2.2.4.2. Módulo 3 – focado no Cisco ONE, devendo:

4.2.2.4.2.1. conter, inclusive no modelo hands-on, a implantação do Cisco ONE, Cisco DNA, Network-Based Application Recognition Version 2 (or Next Generation NBAR) e o uso do SWSS, visando principalmente, mas não limitado, o Cisco Application Visibility and Control (AVC), o Flexible NetFlow (FnF) e o Cisco Prime Infrastructure - Lifecycle License, com o intuito de garantir o adequado monitoramento dos equipamentos adquiridos;

4.2.2.4.2.2. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.

4.2.2.1.4. Módulo 4 – focado na implantação do IPv6, devendo:

4.2.2.1.4.1. incluir, no modelo hands-on, a operação, a configuração e o troubleshooting;

4.2.2.1.4.2. abordar tópicos como MPLS com 6VPE;

4.2.2.1.4.3. abordar os estágios para implantação, sendo, dentre outros:

4.2.2.1.4.3.1. links com a Internet e nas estações de trabalho do pessoal técnico, com uso de proxies adequados;

4.2.2.1.4.3.2. servidores web ou e-mail e DNS;

4.2.2.1.4.3.3. equipamentos de segurança;

4.2.2.1.4.3.4. servidores corporativos, como de aplicação e de arquivos;

4.2.2.1.4.3.5. demais estações de trabalho;

4.2.2.1.4.3.6. dispositivos de VoIP e Videoconferência.

4.2.2.1.4.5. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.

Não se aplica ao item 7 tendo em vista de se tratar de um serviço de suporte.

Dos itens 8 a 12 da tabela 2.1

4.2.3. Os treinamentos necessários da Cisco são:

4.2.3.1. Curso 300-501 SPCOR: Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies

4.2.3.2. Curso 300-510 SPRI: Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions

4.2.3.3. Curso 300-515 SPVI: Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)

4.2.3.4. Curso 350-701 SCOR: Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)

4.2.3.5. Curso 350-801 CLCOR: Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).

4.2.3.6. Condições Gerais dos para a realização dos treinamentos

4.2.3.6.1. Os treinamentos devem ser oficiais do fabricante, podendo ser ministrados por um parceiro de treinamento certificado.

4.2.3.6.2. As ementas dos treinamentos devem conter as ementas oficiais do fabricante.

4.2.3.6.3. A carga horária dos treinamentos deve ser conforme estabelecida pelo fabricante, devendo o mesmo atestar que é compatível com a ementa definida.

4.2.3.6.4. Esses treinamentos devem ser realizados no formato Ensino à Distância (EAD), e as turmas terão a quantidade mínima de 7 alunos.

4.2.3.6.5. Os horários para início e término do treinamento serão definidos conforme disponibilidade do CONTRATANTE, incluindo a possibilidade de ser executado fora do horário normal de expediente.

4.2.3.6.6. O ambiente virtual dos treinamentos é de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.3.6.7. Deve haver hands-on, cujos laboratórios poderão ser baseados em equipamentos físicos ou virtuais.

4.2.3.6.8. Os instrutores dos treinamentos devem ser certificados pelo fabricante e qualificados nos treinamentos que vão ministrar, e seus certificados/comprovantes deverão ser entregues ao CONTRATANTE para fins de aprovação dos mesmos.

4.2.3.6.9. Os treinamentos devem ser ministrados em português.

4.2.3.6.10. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer, para cada aluno, todo material didático para a realização dos treinamentos, que deverá ser completo, no sentido de conter todas as informações necessárias ao perfeito entendimento dos tópicos abordados, de modo que os instruandos não necessitem de qualquer outra bibliografia de apoio.

4.2.3.6.11. Deverá ser emitido certificado de participação ao final do curso a cada participante, detalhando programa e carga horária.

4.2.3.6.12. Caso o treinamento não for satisfatório, mediante avaliação tempestiva e fundamentada, em relação à qualidade, a CONTRATADA deverá realizá-la novamente, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

4.2.3.7. Deve ser fornecido o voucher mais atual para certificação, com validade de, no mínimo, 6 (seis) meses, para cada aluno do treinamento contratado.

4.2.3.8. Pode ser fornecido o ambiente de e-learning CISCO, com instrutor em português, sendo que, nesse caso:

4.2.3.8.1. o instrutor deve usar o material do ambiente, inclusive os laboratórios;

4.2.3.8.2. não há a obrigatoriedade, por parte da CONTRATADA, de entregar o material impresso; e

4.2.3.8.3. o ambiente deve ficar disponível, para cada aluno, por no mínimo 6 (seis) meses e trinta dias antes do início do treinamento, podendo esses períodos serem flexibilizados pelo CONTRATANTE apenas.

4.3. REQUISITOS LEGAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “C”)

4.3.1. Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

4.3.2. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.3. Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 (somente para 1 e 2 da Tabela 2.1) - que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa;

4.3.4. Lei nº 9.854/1999 - Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.5. Decreto nº 9.637/2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;

4.3.6. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.7. Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.3.8. Portaria Normativa nº 2.327/MD, de 28 de outubro de 2015 2a Rev. - Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-P-03;

4.3.9. Portaria Normativa nº 18/MD de 2 de março de 2016 – Conceito Operacional para o Sistema Militar de Comando e Controle – MD31-S-02;

4.3.10. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.3.11. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 - instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns; e

4.3.12. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 - regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

4.4. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “D”)

Dos itens 1 a 2 (GRUPO 1) da tabela 2.1

4.4.1. GARANTIA DOS MÓDULOS CRIPTOGRÁFICOS

4.4.1.1. O presente serviço está relacionado e agregado aos equipamentos e seus componentes previstos nos itens 1 a 2 (Grupo 1) da tabela 2.1

4.4.1.2. Os equipamentos devem vir com garantia mínima de 48 (quarenta e oito) meses, cuja vigência inicia-se a partir da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo correspondente.

4.4.1.3. Deverá haver prestação de assistência técnica por parte da CONTRATADA, durante a vigência da garantia, contemplando, no mínimo, o serviço de atendimento telefônico e suporte remoto via web, ambos em regime de 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia; esse serviço poderá ser usado para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos produtos e soluções fornecidos.

4.4.1.4. O acesso ao serviço de assistência técnica deve ser feito por telefone, e-mail ou acesso seguro ao site, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.4.1.5. Em todas as atividades de assistência técnica, os técnicos da CONTRATADA deverão empregar a língua portuguesa, exceto no uso de termos técnicos e na utilização de textos técnicos, que poderão estar redigidos em outro idioma.

4.4.1.6. A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE sobre a liberação de novas versões, correções e descontinuidade dos produtos objeto do contrato. Para correções de técnica/software (patches), é aceitável que os avisos sejam encaminhados através de e-mails, por mecanismo automático de notificação. No caso de liberação de novas versões, ou descontinuidade dos produtos, o CONTRATANTE deverá ser formalmente comunicado, sempre no menor prazo possível a partir do respectivo anúncio.

4.4.1.7. Deve ser informado link (URL) de site na internet do fabricante dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte, tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drives, firmware, upgrade de BIOS.

4.4.1.8. Deverá ser garantido ao CONTRATANTE o pleno acesso aos sites eletrônicos do fabricante dos produtos ofertados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com direito às consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários, e também a efetuar downloads de quaisquer atualizações de técnica/software ou documentação.

4.4.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE acesso remoto seguro, via Internet, canais de conhecimento para resolução de problemas (Troubleshooting). Essas ferramentas têm a função de otimizar a resolução de problemas.

4.4.1.10. Qualquer despesa decorrente da manutenção ou suporte realizada durante o período de garantia dos produtos instalados será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.4.1.11. As unidades que apresentarem defeitos e necessitarem de recuperação ou substituição deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA, sendo que as despesas de transporte deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

4.4.1.12. A recuperação de equipamento deverá atender os prazos estabelecidos no APÊNDICE XI deste estudo. Nesses casos, deve ser apresentado obrigatoriamente relatório técnico com, pelo menos, as seguintes informações:

4.4.1.12.1. Código da unidade;

4.4.1.12.2. Número de série;

4.4.1.14.4.1. Falha informada;

4.4.1.12.4. Falha constatada;

4.4.1.12.5. Causa da falha;

4.4.1.12.6. Ação para correção;

4.4.1.12.7. Componentes substituídos/ajustes realizados.

4.4.1.13. Caso haja a necessidade de substituição de equipamentos, a modalidade de garantia deve ser no mínimo 8x5xSDS, ou seja, 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana (úteis), com envio do equipamento substituto no mesmo dia (SDS – Same Day Ship).

4.4.1.14. Havendo a substituição, deve ser apresentado pela CONTRATADA, obrigatoriamente, um relatório técnico contendo as informações elencadas para os casos de reparação, e adicionalmente as seguintes informações:

4.4.1.14.1. Número de série da unidade substituta e substituída (no caso de substituição da unidade enviada); e

4.4.1.14.2. Razão da substituição da unidade (quando for caso).

4.4.1.15. Caso não haja atendimento ao prazo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega das unidades reparadas e/ou substitutas, o período de garantia para estas unidades será automaticamente estendido pelo mesmo tempo do atraso ocorrido.

4.4.1.16. O CONTRATANTE rejeitará e devolverá à CONTRATADA qualquer unidade reparada ou substituta, sempre que constatar:

4.4.1.16.1. dano em qualquer de suas partes, observadas em inspeção visual;

4.4.1.16.2. funcionamento fora das especificações originais;

4.4.1.16.3. defeito constatado durante a execução de testes para verificação de funcionamento.

4.4.1.17. O tempo em dias corridos, contado entre a comunicação da irregularidade à CONTRATADA e a efetiva reposição da unidade defeituosa, será computado a fim de aferir eventual atraso e respectiva penalização.

4.4.1.18. Caso uma nova falha seja identificada já com o equipamento em operação, deverá ser aberto um novo chamado, obedecendo os tempos de reparação supracitados.

4.4.1.19. Ficará ainda a cargo da CONTRATADA, o apoio no suporte aos equipamentos durante a vigência da garantia, incluindo os seguintes serviços:

4.4.1.19.1. O provimento de informações, assistência e orientação para: instalação, desinstalação, configuração e atualização firmware e técnica/software; aplicação de correções (patches) de firmware e técnica/software; diagnósticos, avaliações e resolução de problemas; características dos produtos; e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos;

4.4.1.19.2. A atualização e/ou a configuração de toda e qualquer evolução de técnica/software, incluindo correções, patches, fixes, update, service packs, novas releases, versions, builds, upgrades, entre outros;

4.4.1.19.3. O atendimento às solicitações relacionadas a todo e qualquer incidente de hardware ou técnica/software, erros apresentados, formas de utilização do hardware ou técnica/software e correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, incluindo troca de peças defeituosas, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;

4.4.1.19.4. As correções de firmware e ainda a desinstalação, reconfiguração ou reinstalação e correção de falhas de técnica/software, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais, normas técnicas específicas e recomendações do fabricante;

4.4.1.19.5. Cada configuração (ou reconfiguração) deve garantir o acesso remoto ao CONTRATANTE; e

4.4.1.19.6. O fornecimento de informações e orientações necessárias das implementações e atualizações lançadas pelo fabricante para o perfeito funcionamento dos equipamentos, prestado via telefone e e-mail.

Dos itens 3 a 6 (GRUPO 2) da tabela 2.1 serão atendidos pelo item 7 da tabela 2.1.

Não se aplica aos itens 7 a 12 da tabela 2.1.

4.5. REQUISITOS TEMPORAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)

Visando minimizar a depreciação dos equipamentos já adquiridos, a Nova ROD deve ser implantada em **120 dias** após a aquisição dos MSC e a contratação dos serviços de instalação e configuração.

Dos itens 1 a 6 da tabela 2.1

A tabela 4.1 apresenta o cronograma de execução física e financeira, cujo detalhamento do fornecimento e das etapas ou fases da solução a ser contratada será definido no Plano de Implantação, observando todo o planejamento previsto no APÊNDICE XI deste estudo.

Tabela 4.1. Cronograma de Execução Físico-Financeiro

Evento	Atividade	Percentual Pago	Prazo	Responsável
1	Assinatura do Contrato	-	-	CONTRATANTE / CONTRATADA
2	Emissão do empenho relativo aos itens da Ata de Registro de Preços	-	1du	CONTRATANTE
3	Envio da designação do PREPOSTO da CONTRATADA	-	3du	CONTRATADA

Evento	Atividade	Percentual Pago	Prazo	Responsável
4	Reunião inicial	-	5du	CONTRATANTE / CONTRATADA
5	Realização de <i>site survey</i> , Design da Solução e prontificação da elaboração do Plano de Implantação da execução do objeto contratado	10%	20du	CONTRATADA
6	Análise e, se necessário, exigência de correção do Design da Solução e do Plano de Implantação	-	2du	Equipe de Fiscalização do Contrato e Gestor
7	Entrega do Design da Solução e do Plano de Implantação corrigido	-	3du	CONTRATADA
8	Aprovação do Design da Solução e do Plano de Implantação	10%	0d	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
9	Emissão das OFBS por fase/etapa	-	2du	Gestor
10	Entrega dos bens e serviços, com testes de aceitação, ajustes de implementação e configuração no ambiente	20%	45du	Equipe de Fiscalização do Contrato e CONTRATADA
11	Solução de eventuais pendências devido a não conformidade com os termos da ARP dos itens fornecidos.	-	5du	CONTRATADA
12	Aceitação e emissão do Termo de Recebimento Provisório	-	5du	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
13	(Se necessário) Novos testes de aceitação e ajustes de implementação e configuração no ambiente	-	5du	Equipe de Fiscalização do Contrato e CONTRATADA
14	Entrega do <i>as-built</i>	10%	20d	CONTRATADA

Evento	Atividade	Percentual Pago	Prazo	Responsável
15	Recebimento definitivo e emissão do Termo de Recebimento Definitivo	50%	10d	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor

Dos itens 7 a 12 da tabela 2.1

A tabela 4.2 apresenta o cronograma de execução física e financeira, cujo detalhamento do fornecimento e das etapas ou fases da solução a ser contratada será definido no Plano de Implantação, observando todo o planejamento previsto no APÊNDICE XI deste estudo.

Tabela 4.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro

Evento	Atividade	Prazo (em dias corridos)	Responsável
1	Assinatura do Contrato	-	CONTRATANTE / CONTRATADA
2	Envio da designação do PREPOSTO da CONTRATADA	3	CONTRATADA
3	Reunião inicial (serviço de suporte)	5	CONTRATANTE / CONTRATADA
4	Apresentação do Plano de Liberação e anexos para a execução do objeto contratado (serviço de suporte)	20	CONTRATADA
5	Análise e, se necessário, exigência de correção do Plano de Liberação e anexos (serviço de suporte)	2	Equipe de Fiscalização do Contrato e Gestor
6	Entrega do Plano de Liberação e anexos corrigidos (serviço de suporte)	3	CONTRATADA
7	Aprovação do Plano de Liberação e anexos (serviço de suporte)	0	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor

Evento	Atividade	Prazo (em dias corridos)	Responsável
8	Emissão das OFBS	2	Gestor
9	Entrega dos serviços, com testes de aceitação, ajustes de implementação e configuração no ambiente (serviço de suporte)	60	Equipe de Fiscalização do Contrato e CONTRATADA
10	Solução de eventuais pendências devido a não conformidade dos itens fornecidos (serviço de suporte)	5	CONTRATADA
11	Aceitação e emissão do Termo de Recebimento Provisório	5	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
12	(Se necessário, para o serviço de suporte) Novos testes de aceitação e ajustes de implementação e configuração no ambiente	5	Equipe de Fiscalização do Contrato e CONTRATADA
13	Recebimento definitivo e emissão do Termo de Recebimento Definitivo	10	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor

4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “F”)

Para todos os itens da tabela 2.1

4.6.1. A CONTRATADA deve estar plenamente aderente as políticas e normas do CONTRATANTE quanto à segurança de informações, zelando pelo seu cumprimento, responsabilizando-se, inclusive, pelas ações de seus agentes.

4.6.2. A CONTRATADA deve garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante os procedimentos de suporte da solução instalada.

4.6.3. Todas as informações do projeto são consideradas confidenciais não sendo permitida sua divulgação por meio da CONTRATADA ou seus agentes sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE.

4.6.4. Responsabilização por falhas de segurança: no caso de não cumprimento das dessas disposições, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas na legislação pertinente.

4.6.5. Da autenticação, autorização e accounting

4.6.5.1. Todo o acesso ao equipamento deverá ser realizado mediante autenticação.

4.6.5.2. Esse mecanismo deverá ter o cadastro de perfis individuais ou associação de grupos pré-definidos para os usuários, com as permissões necessárias a suas atividades.

4.6.5.3. Ter autenticação em base local de usuários, e permitir o uso simultâneo de autenticação em base local e base remota.

4.6.5.4. Todo equipamento deve armazenar as senhas locais de forma criptografada.

4.6.5.5. Não devem existir usuários com senha padrão. Cada senha deverá ser explicitamente criada antes de poder ser utilizada, caso isso não seja possível, deverá a CONTRATADA alterar todas as senhas padrão durante a instalação, o que será definido pelo CONTRATANTE.

4.6.5.6. Os sistemas devem utilizar senhas de qualidade conforme definição da ISO/IEC 27002.

4.6.5.7. No caso de usuários locais, em caso de erros sucessivos de senha, a conta deverá ser bloqueada por um período de tempo pré-determinado.

4.6.5.8. Ter a definição de níveis de privilégios para os administradores e operadores.

4.6.5.9. As consoles de administração deverão forçar o logout do usuário após um tempo pré-determinado sem atividade (idle timeout).

4.6.5.10. O nível padrão de privilégio deverá ser o menor possível para cada tipo de usuário, de acordo com suas atribuições (Ex. None, read-only, etc).

4.6.5.11. Ter a recuperação de acesso privilegiado por parte do administrador caso este perca o acesso por qualquer motivo. Deve requerer acesso físico ao equipamento para realização de tal procedimento.

4.6.6. Da Configuração e Backup

4.6.6.1. Deve restaurar as configurações do equipamento à sua condição inicial (ou default) de forma automatizada. Para isso, não deve ser necessário que o operador saiba os valores de cada item de configuração.

4.6.6.2. A console CLI deve suportar utilização de scripts de configuração, de forma a possibilitar automatização de ações.

4.6.6.3. A solução deverá permitir a instalação remota de atualizações e novas versões de seu sistema operacional. Deverá prover meios de garantir a integridade do arquivo recebido antes de executar sua instalação, e deve ter procedimento de retorno à versão original no caso de falhas no processo de atualização.

4.6.6.4. A solução deverá armazenar as configurações do sistema (backup) em um servidor remoto. A informação armazenada deve ser suficiente para restauração do equipamento para seu estado operacional no momento em que a configuração foi salva.

4.6.6.5. O sistema deverá permitir a restauração da configuração citada no item anterior de forma remota.

4.6.6.6. Os sistemas deverão salvar e exibir a sua configuração em um formato textual bem definido, de forma a permitir futura integração com sistemas de gerência de configuração.

4.6.7. Logs e Auditoria

4.6.7.1. Os registros (logs) da solução deverão conter informações suficientes para rastrear a origem de transações gerenciais, tais como nome do usuário que realizou a ação, endereço IP de origem, horário e ação realizada.

4.6.7.2. Os equipamentos devem ter o armazenamento local de logs, com informação completa de horário (timestamp).

4.6.7.3. Enviar esses logs para um servidor centralizado através do protocolo Syslog.

4.6.7.4. Possuir registro de eventos de segurança (logon, logoff, troca de senhas, escalação de privilégios, troca de senhas, criação, alteração, deleção de usuários, tentativas de logon invalidas, sucesso na autenticação, alterações de configuração, atualização de técnica/software, etc) e enviá-los tanto via Syslog (preferencialmente em conexão TCP – syslog-ng --) quanto via SNMP.

4.6.7.5. Os logs não deverão possuir senhas de usuários ou serviços.

4.6.8. Outros requisitos

4.6.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer uma listagem de serviços que poderão estar ativos nos equipamentos. Tal lista deverá conter os protocolos e as portas utilizadas em cada caso.

4.6.8.2. A solução deve prover um meio de desabilitar os serviços não utilizados e todos os serviços desnecessários à operação devem ser desativados.

4.6.8.3. A CONTRATADA deve sugerir um modelo de configuração segura do equipamento, a qual deverá ser homologada pela equipe do CONTRATANTE.

4.6.8.4. Deve ser configurado todos os mecanismos de segurança nele presentes que visem à prestação segura do serviço, livre de falhas que possam comprometer sua segurança e integridade.

4.6.8.5. Deve sincronizar de horário através dos protocolos NTP ou SNTP do CONTRATANTE

4.6.8.6. Os equipamentos devem ser fornecidos livres de mecanismos escusos que permitam acesso remoto (como por exemplo, backdoors) a seus dados, configurações ou informações neles armazenadas ou transmitidos.

4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “G”)

Não é o caso para a presente solução.

4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “A”)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “B”)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

4.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “C”)

Além do exposto exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensada ao presente termo, a implantação deve ocorrer sem que haja prejuízo à disponibilidade e continuidade da ROD

4.11. REQUISITOS DE GARANTIA - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “D”)

Conforme exposto na subseção 4.4 deste termo.

4.12. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “E”)

Conforme exposto na subseção 4.2 deste termo.

4.13. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “F”)**Dos itens 1 e 2 (GRUPO 1) da Tabela 2.1.**

4.13.1. A equipe técnica que se incumbirá da execução dos serviços de instalação será aquela apresentada pela CONTRATADA, cabendo a esta informar os dados dos técnicos envolvidos para a previa liberação dos mesmos junto às Organizações.

4.13.2. Os serviços de instalação e configuração para os equipamentos fornecidos serão executados nas Organizações envolvidas nesta especificação.

4.13.2.1. As configurações mais avançadas poderão ser feitas remotamente.

4.13.3. Cabe à CONTRATADA a responsabilidade pelas despesas da logística dos equipamentos até a instalação, com o respectivo seguro, sendo este obrigatório, e do deslocamento e da hospedagem dos especialistas da CONTRATADA.

4.13.4. Cabe também à CONTRATADA fornecer aos seus profissionais todos os recursos e condições necessárias ao desenvolvimento de suas funções e exigidos por legislação ou norma do trabalho específica.

4.13.5. Os serviços deverão ser planejados conforme cronograma previsto em Plano de Implantação (instalação e configuração), cujos requisitos estão enumerados no item 4.13.9.

4.13.6. A CONTRATADA deverá elaborar os seguintes documentos que caracterizarão cada fase da instalação e configuração dos equipamentos:

4.13.6.1. Site Survey, definida no item 4.13.10;

4.13.6.2. Design da Solução MSC, definido no item 4.13.11, o qual apresenta o modelo conceitual de toda a solução;

4.13.6.3. Plano de Implantação, definido no item 4.13.12; e

4.13.6.4. As-built das implantações, definida no item 4.13.13.

4.13.7. Essa documentação deve atentar para as diretrizes técnicas relacionadas à Solução MSC enumeradas no 4.13.9

4.13.8. A fase final da implantação da solução é caracterizada pelo Período de Funcionamento Experimental (PFE), conforme esclarecido em 4.13.14.

4.13.9. Diretrizes técnicas para a implantação dos módulos criptográficos e da solução

4.13.9.1. O modelo conceitual da solução dos túneis seguros com o algoritmo de Estado está diagramado no apêndice XI, cujos MSC estão representados pelos cadeados.

4.13.9.2. Visando permitir um mínimo de escalabilidade, o arranjo desses túneis deve ser no mínimo ponto-multiponto, podendo ser, e preferencialmente, dinâmico e spoke-and-spoke.

4.13.9.2.1. Caso haja a possibilidade de um arranjo dinâmico e spoke-and-spoke, o CONTRATANTE poderá exigir à CONTRATADA essa técnica.

4.13.10. Site Survey

4.13.10.1. O Site Survey inicia-se com um diagnóstico da situação atual da ROD, o qual deve contemplar no mínimo:

4.13.10.1.1. a localização onde o equipamento será instalado (atualizar o endereço se for o caso, apontar a posição interna, como bloco, sala e a seção/divisão/departamento da Organização);

4.13.10.1.2. a revisão da arquitetura atual da rede sob a ótica da solução de TI ora contratada; e

4.13.10.1.3. o levantamento de eventuais óbices e pontos de falhas que possam prejudicar a implantação da Solução MSC.

4.13.10.2. A CONTRATADA deverá realizar a coleta de dados necessários à elaboração do Site Survey através de vistorias in loco ou de levantamento de informações prestadas por integrantes do MD e das Organizações.

4.13.10.2.1. Os dados calcados no levantamento informações por meio dos aludidos integrantes, bem como através de vistorias, é de responsabilidade apenas da CONTRATADA, não acarretando em ônus ao CONTRATANTE em consequência de imprecisão desses dados.

4.13.10.2.2. A não implantação dos equipamentos por consequência da falta ou imprecisão desses dados não acarretará em ônus ao CONTRATANTE.

4.13.10.3. Após diagnóstico, a CONTRATADA deverá informar, por meio de relatório, eventuais pendências ou inconsistências no ambiente das Organizações que possam impossibilitar a implantação dos equipamentos, devendo registrar, no mínimo, informações referentes à(s):

4.13.10.3.1. verificação de espaço necessário para a instalação dos equipamentos;

4.13.10.3.2. condições da infraestrutura elétrica, de aterramento e de proteção contra descargas elétricas e surtos, bem como verificação de pontos de alimentação nos racks para instalação dos equipamentos; e

4.13.10.3.3. disponibilidade de pontos de dados, elétrico/óptico nos patch pannels/DIO existentes.

4.13.10.4. Fica a cargo do CONTRATANTE solucionar eventuais pendências ou inconsistências apontadas pela CONTRATADA, desde que não seja uma ação prevista nesta especificação. Porém, a não adequação do ambiente não é limitante para a instalação dos equipamentos. Caso o CONTRATANTE não providencie soluções de contorno para a instalação dos mesmos, fica a CONTRATADA isenta de penalidades em virtude de falhas exclusivamente provocadas por essa não adequação.

4.13.11. Design da Solução MSC

4.13.11.1. O design da solução é um documento que expõe o conceito, em alto nível, da arquitetura, do modelo e da topologia da tecnologia a ser implementada na ROD. Logo, esse design deve considerar o:

- 4.13.11.1.1. site survey realizado na etapa anterior;
 - 4.13.11.1.2. design lógico (camada 3), apresentando as características superficiais da solução fornecida;
 - 4.13.11.1.3. registro dos possíveis riscos do conceito adotado e a forma de mitigação; e
 - 4.13.11.1.4. registro dos requisitos de segurança e robustez, incluindo políticas de segurança para os elementos de rede.
- 4.13.11.2. Esse design precisa ser aprovado para que a etapa seguinte seja autorizada pelo CONTRATANTE.

4.13.12. Plano de Implantação (ou Plano de Inserção)

4.13.12.1. A definição das configurações a serem aplicadas devem estar em consonância com o previsto nos seguintes documentos:

4.13.12.1.1. Plano de Implantação da Solução ou HLD (High Level Design): documento, flexível e mutável, contendo as descrições em alto nível da implantação da solução em questão, com:

4.13.12.1.1.1. a estratégia de implantação da rede, observando:

4.13.12.1.1.1.1. os aspectos de resiliência (redundância e contingência);

4.13.12.1.1.1.2. a forma de minimizar eventuais impactos durante a implantação da solução; e

4.13.12.1.1.1.3. o modo de implantação, com as respectivas etapas.

4.13.12.1.1.2. o detalhamento do design lógico definido na etapa anterior, compreendendo agora:

4.13.12.1.1.2.1. a topologia detalhada;

4.13.12.1.1.2.2. as boas práticas definidas nas RFC 7696 e 8221;

4.13.12.1.1.2.3. As configurações necessárias, em forma de template, para o monitoramento dos ativos (módulos e modems dos hubs e dos terminais do SISCOMIS) pelas ferramentas de visibilidade e monitoramento já em produção no ambiente do CONTRATANTE (necessariamente Cisco ONE e Cisco DNA, podendo ser ainda CA Spectrum, Zabbix ou Nagios), podendo haver a necessidade de implantar alertas com envios em aplicativos de mensageiria e o snmpv3 ou model drive telemetry (streaming telemetry).

4.13.12.1.1.2.4. a elaboração ou atualização do Plano de Endereçamento IPv4 e IPv6.

4.13.12.1.1.3. O cronograma de execução, que será acordado por representantes das PARTES;

4.13.12.1.1.4. o Caderno de Testes, que após a aprovação dos requisitos apresentados no caderno pelo CONTRATANTE, deverá ser realizado, em conjunto com a empresa fornecedora dos equipamentos, os testes no ambiente. Os testes deverão ser acompanhados por representante do CONTRATANTE que possuirá autonomia para a aprovação quando do seu término bem-sucedido. O Caderno deverá ser composto de, no mínimo:

4.13.12.1.1.4.1. Plano de Testes;

4.13.12.1.1.4.2. Equipes;

4.13.12.1.1.4.3. Ambiente;

4.13.12.1.1.4.4. Caso de Testes;

4.13.12.1.1.4.5. Testes; e

4.13.12.1.1.4.6. Critérios de Aceitação.

4.13.12.1.1.5. a lista e detalhes técnicos de todos os elementos a serem utilizados, bem como, as interfaces e seus protocolos adotados para a integração sistêmica da solução;

4.13.12.1.1.6. o Plano de Contingenciamento e Resposta da solução em caso de falhas (Troubleshooting Plan).

4.13.12.1.2. Plano de Implantação da localidade ou LLD (Low Level Design): documento contendo o refinamento e o detalhamento das implantações configurações necessárias (vide item 4.13.12.1.2.2) que serão aplicadas em cada equipamento e técnica/software, tudo com base nas definições contidas no HLD (vide item 4.13.12.1.1).

4.13.12.1.2.1. Caso o escopo de instalação abranja várias localidades, poderá ser elaborado somente um documento de LLD com todas as configurações das localidades.

4.13.12.1.2.2. Plano de Liberação

4.13.12.1.2.2.1. Define mudanças pontuais que ocorrerão na ROD que serão planejadas, testadas e implantadas. A liberação pode principalmente incluir mudanças processos de gerenciamento, operação e documentação, mas também no hardware, software e outros;

4.13.12.1.2.2.2. Deve ter a preocupação em realizar as implantações exigidas enquanto protege a integridade dos serviços do negócio;

4.13.12.1.2.2.3. Deve conter pacotes de liberação (ou pacotes de trabalho), um conjunto de itens de configuração que será construído, testado e implantado ao mesmo tempo, como uma única liberação;

4.13.12.1.2.2.4. Cada pacote de liberação poderá incluir uma ou mais unidades de liberação.

4.13.13. As-built

4.13.13.1. O As-built registra em detalhes, para a toda a solução e para cada equipamento, o que foi instalado e configurado, em conformidade com o previsto no Plano de Implantação.

4.13.13.2. O documento de as-built deve incluir as atualizações decorrentes de quaisquer modificações realizadas durante a execução das atividades de instalação, contendo, no mínimo, as seguintes informações, como se fosse uma atualização do Site Survey:

4.13.13.2.1. Bay-face das instalações, contendo desenho e plotagem, utilizando técnica/software apropriado, da disposição dos equipamentos nos racks, identificando sua localização física, os equipamentos e as portas conectadas (Front / Rear);

4.13.13.2.2. Diagrama unifilar do cabeamento;

4.13.13.2.3. Tabela de conexões origem e destino; e

4.13.13.2.4. Levantamento Fotográfico.

4.13.13.2.5. Atualização, sempre que couber, da documentação listada no item 4.13.6.

4.13.14. Período de Funcionamento Experimental

4.13.14.1. Define-se o Período de Funcionamento Experimental (PFE) como:

4.13.14.1.1. o suporte fornecido para o presente Serviço de TI por um período de tempo após ele ter sido liberado.

4.13.14.1.2. o período correspondente entre:

4.13.14.1.2.1. a configuração do primeiro túnel seguro; e

4.13.14.1.2.2. 30 dias após a implantação do último túnel previsto no Plano de Implantação

4.13.14.2. O PFE tem por objetivo a verificação do correto funcionamento da solução durante o tempo necessário para acompanhar um ciclo do Padrão de Atividade do Negócio (PAN) do CONTRATANTE.

4.13.14.3. Assim, a solução deverá demonstrar que não degradará mais de 10% o desempenho da rede.

4.13.14.4. Durante o PFE, a CONTRATADA pode rever alguns requisitos acerca da solução e também fornecer recursos e ajustes adicionais para o Gerenciamento de Incidentes e Problemas, desde que previamente remetido ao CONTRATANTE para análise e autorização.

4.13.14.5. Apenas após a finalização dos testes de cada implantação, o PFE dos equipamentos.

4.13.14.6. Durante o PFE, devem ser sanados eventuais problemas de implantação e operação que venham surgir.

4.13.14.7. O PFE é considerado finalizado se, após 30 (trinta) dias corridos, não for identificado pelo CONTRATANTE quaisquer problemas na solução ou no equipamento implantado.

4.13.14.8. Caso, durante o PFE, o CONTRATANTE identifique a ocorrência de problemas relacionados ao correto funcionamento da solução ou do equipamento implantado que não sejam solucionados pela CONTRATADA, a contagem de tempo do PFE poderá, a critério do CONTRATANTE, ser reiniciada.

4.13.14.9. Em caso de cumprimento satisfatório dos níveis de serviços estabelecidos durante o PFE, o CONTRATANTE tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do término do PFE para emitir o Termo de Recebimento Provisório.

4.13.14.10. O Termo de Recebimento Provisório, que é emitido para cada equipamento, deve incluir a data em que o PFE foi finalizada, a fim de aferir o seu encerramento.

4.13.14.11. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o CONTRATANTE é responsável por realizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a validação da entrega do PP e emitir o Termo de Recebimento Definitivo correspondente no prazo máximo de 60 (sessenta).

4.13.14.12. Caso a CONTRATADA não cumpra com os requisitos estabelecidos durante o PFE, o CONTRATANTE pode iniciar o processo administrativo necessário para notificar a CONTRATADA e, se for o caso, em cumprimento ao previsto na Lei 8.666/93, realizar a rescisão unilateral do contrato, configurada pela incúria, desorganização, incapacidade e/ou resistência da CONTRATADA em prestar o serviço correspondente. Além disso, o CONTRATANTE deve aplicar as demais sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência.

4.13.14.13. Ao final do PFE, a CONTRATADA deverá elaborar relatório detalhado contendo informações sobre o funcionamento da solução.

4.13.14.14. Com o PFE, deve haver o serviço de Operação Assistida, a qual pode ser remota.

4.13.14.15. Durante a Operação Assistida, os seguintes serviços podem ser executados:

4.13.14.15.1. Desinstalação/reinstalação dos equipamentos; e

4.13.14.15.2. Configuração/alteração de quaisquer funcionalidades dos equipamentos.

4.13.14.16. A Operação Assistida deve realizar a Monitoração da Solução, que consiste na supervisão necessária para o bom funcionamento da solução contratada.

4.13.14.17. A Operação Assistida será exercida por uma Central de Serviços (CS) concebida pela CONTRATADA, observando o item 4.13.15.

4.13.15. Central de Serviços (CS)

4.13.15.1. A CONTRATADA então deverá oferecer uma Central de Serviços (CS), com um Gerente de Serviços, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência em questão.

4.13.15.2. A CS deverá incluir atendimento remoto (chamado), em língua portuguesa (PT-BR), por telefone obrigatoriamente e por sistema de ticket ou por e-mail, a fim de permitir a abertura das Ordens de Serviço (OS).

4.13.15.3. Todas as OS abertas deverão ser registradas em sistema informatizado para o devido acompanhamento e controle da execução dos serviços.

4.13.15.4. Não deverá haver qualquer limitação para o número de:

4.13.15.4.1. solicitações de suporte técnico; e

4.13.15.4.2. servidores do CONTRATANTE autorizados a abrir chamados de suporte técnico. No entanto, o CONTRATANTE apresentará uma lista de servidores autorizados.

4.13.15.5. Os serviços de suporte serão preferencialmente tratados remotamente pela equipe de suporte da CONTRATADA.

4.13.15.6. Caso a CONTRATADA não consiga atuar através de assistência remota, a presença local de técnico, poderá ser solicitada, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelas despesas de deslocamento do especialista e não haverá nenhuma cobrança adicional no valor a ser pago.

4.13.15.6.1. A equipe deverá ser capaz de atender cada uma das localidades de instalação dos equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.13.16. Chamados

4.13.16.1. O atendimento aos chamados serão classificados conforme sua severidade, a critério do CONTRATANTE, e devem ser executados de acordo com o apêndice XI.

4.13.16.2. Diante da necessidade de serviço, do não atendimento da CONTRATADA ou, ainda, da evolução do problema, o CONTRATANTE poderá escalar os chamados para níveis superiores de severidade e/ou seus respectivos prazos.

4.13.16.3. Antes do fechamento de cada chamado, a CONTRATADA consultará o CONTRATANTE para validar o fechamento do chamado.

4.13.16.4. Um chamado fechado sem anuência do CONTRATANTE ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir do instante de abertura do chamado original, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

4.13.16.5. Durante todo o período de suporte técnico, a CONTRATADA deverá informar e manter um número de telefone celular para fins de ligação direta entre o fiscal de contrato (CONTRATANTE) e o preposto.

4.13.16.6. A CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE, via aplicativo ou mídia digital, Relatório de Ocorrências mensais, constando as características gerais, período de atendimento, status atual da ocorrência, nome do funcionário do CONTRATANTE que abriu o chamado e a descrição do problema.

4.13.16.7. A CONTRATADA deverá garantir também os níveis mínimos de serviços, no que couber e sempre que possível, definidos no apêndice XI.

4.13.16.8. Os serviços de suporte técnico serão prestados nos equipamentos adquiridos, e abará também qualquer módulo que venha a ser adicionado nesses ativos, e compreendem os tipos de manutenção indicados no apêndice XI.

4.13.17. Transferência de Conhecimento

4.13.17.1. Visando o entendimento das tecnologias e conceitos da solução, bem como permitir aos técnicos do CONTRATANTE a adequada operação da Solução MSC, a CONTRATADA deverá ministrar um curso específico para cada técnica/técnica/software adotados e para cada tipo de equipamento adquirido, expondo, dentre outros, ficha técnica, fundamentos, conceitos, cenários de aplicação.

4.13.17.2. A transferência de conhecimento deverá ser:

4.13.17.2.1. presencial ou à distância preferencialmente;

4.13.17.2.1.1. Se presencial, ocorrerá na sede do MD ou outro local a ser definido em Brasília-DF.

4.13.17.2.1.1.1. A CONTRATADA deverá oferecer coffee break, 1 (uma) vez a cada 4 horas, todos os dias do treinamento, compatível com a quantidade de instrutores e instrutores, contendo, no mínimo: café, água mineral, refrigerante ou suco, biscoito salgado ou doce e sanduíche ou pão de queijo.

4.13.17.2.2. ministrado por técnicos certificados pelos fabricantes ou fornecedores dos equipamentos, técnica/software e outros recursos utilizados nas soluções tecnológicas empregadas pela CONTRATADA;

4.13.17.2.3. difundido para até 15 (quinze) pessoas.

4.13.17.3. Na semana anterior à passagem de conhecimento, a CONTRATADA deve disponibilizar um técnico para realizar a preparação do laboratório para a atividade.

4.13.17.4. O conteúdo programático deverá ser submetido à apreciação do CONTRATANTE para sua aprovação, devendo a CONTRATADA realizar as alterações solicitadas.

4.13.17.5. Deverá ser entregue, impresso e em formato digital:

4.13.17.5.1. o material didático do treinamento e todo material e documentação, preferencialmente em português, necessário a perfeita compreensão da solução instalada (slides, apostila de laboratório, documentação do projeto executado no CONTRATANTE);

4.13.17.5.2. a configuração detalhada e comentada dos equipamentos, inclusive com destaques técnicos acerca da solução.

4.13.17.6. A CONTRATADA assumirá todas as despesas e encargos inerente à transferência de conhecimento, compreendendo as despesas com hospedagem, transporte e alimentação dos instrutores e demais despesas/custos indiretos que incidirem sobre esta contratação.

4.13.17.7. A transferência de conhecimento deverá possuir carga horária mínima de 20 (vinte) horas com no máximo 4 horas diárias. Esse horário poderá ser flexibilizado a critério do CONTRATANTE.

4.13.17.8. Após a sua conclusão da transferência, deverá ser emitido certificado de participação, assinado pelo instrutor, para cada instruendo. Caso 50% (cinquenta por cento) ou mais da turma considere o treinamento regular ou insuficiente, a CONTRATADA deverá realizar outro treinamento sem ônus para o CONTRATANTE.

Dos itens 3 a 6 (GRUPO 2) da Tabela 2.1.

4.14.1. A CONTRATADA apresentará pessoa ou equipe para a implantação com perfil técnico adequado e especialização necessária à execução do(a):

4.14.1.1. instalação e configuração dos equipamentos adquiridos nas Organizações;

4.14.1.2. acompanhamento dos serviços de instalação e configuração;

4.14.1.3. gerenciamento remoto dos os equipamentos adquiridos;

4.14.1.4. acompanhamento dos processos de gerenciamento dos serviços.

4.14.2. Essa pessoa ou equipe deve ter pelo menos 1 (um) especialista certificado em, no mínimo, CCNP Service Provider.

4.14.3. Os serviços deverão ser planejados conforme cronograma previsto em Plano de Implantação, cujos requisitos adicionais estão enumerados no item 4.13.4.

4.14.4. Diretrizes técnicas para a implantação dos ativos de rede e da Nova ROD

4.14.4.1. A implantação dos ativos de rede deve ocorrer de tal forma a obter e atender os modelos conceituais apresentados no apêndice XI.

4.14.4.2. Esses ativos serão implantados nos endereços indicados na Erro: Origem da referência não encontrada do Erro: Origem da referência não encontrada.

4.14.4.2.1. Com a evolução do processo de implantação, pode haver a necessidade de alteração nos endereços, o que deve ser de comum acordo entre as partes e devidamente registrada no Plano de Implantação.

4.14.4.2.2. Observa-se que atualmente a maioria desses ativos encontram-se no Rio de Janeiro, no Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), situado na Rua General Gurjão, Nr 4, Bairro Caju, CEP 20931-040. Logo, é de responsabilidade da CONTRATADA toda a logística e seu respectivo seguro para o transporte dessa localidade até o ponto final de implantação.

4.14.4.3. A Nova ROD deve operar com ambos os protocolos IPv4 e IPv6, bem como realizar a respectiva tradução entre eles, de modo a permitir acesso a serviços que usam apenas IPv4, apenas IPv6 ou ambos.

4.14.4.4. A CONTRATADA deve elaborar a seguinte documentação adicional para a Nova ROD, para ambos os protocolos IPv4 e IPv6 (sempre que couber), os quais poderão ser implantados na rede, a critério do CONTRATANTE:

4.14.4.4.1. Plano de Roteamento: que expõe o respectivo plano de custos dos caminhos de rede, de forma a permitir o balanceamento o tráfego;

4.14.4.4.2. Plano de VPN: que deve adotar o MPLS e o Carrier Supporting Carrier (CSC), identificando as Organizações participantes, definindo o modo de implantação do QoS e da Engenharia de Tráfego etc;

4.14.4.4.3. Plano Multipoint VPN: visa estabelecer túneis multipontos sobre a internet, a ROD e as intranets das Forças por meio de tecnologias como Multipoint GRE, GETVPN e/ou DMVPN, podendo adotar o IPSec e todas as possibilidades de implementações Hub-and-spoke, Spoke-to-

Spoke e/ou Hierárquico. Pode haver a necessidade de utilizar mais de uma tecnologia;

4.14.4.4.4. Plano de QoS: que inclui, dentre outros, as configurações necessárias para tratamento do tráfego de voz sobre IP (VoIP), traffic shapping etc;

4.14.4.4.5. Plano de NAT: que deve apresentar proposta para implementação de tradução de endereços, atualizando o atualmente praticado para a Nova ROD, considerando, sobretudo, uma forma de rastreamento desses endereços;

4.14.4.4.6. Plano de Ajustes de MTU, podendo considerar no lugar o de MSS, para as interfaces dos equipamentos em cada camada da rede, considerando a diversidade de serviços existentes sobre a rede;

4.14.4.4.7. Plano de Segurança:

4.14.4.4.7.1. possibilidade de ativação de firewalls e IPS dos ativos já adquiridos.

4.14.4.4.7.2. políticas e posicionamento dos firewalls em produção – quatro ASAs, um Checkpoint e um Palo Alto –, cujos eventuais remanejamentos e configurações ficarão a cargo do CONTRATANTE;

4.14.4.4.7.3. deve-se definir fluxos e respectivos controles, podendo haver a necessidade de se definir VLANs;

4.14.4.4.7.4. atentar para autenticação, autorização e accounting.

4.14.4.4.8. Plano de Reação Contra Ataques Cibernéticos: considerando inclusive, mas não limitado, o Controller/Trigger Router através da técnica Remotely Triggered Black Hole (RTBH) filtering;

4.14.4.4.9. Plano de Monitoramento, que de prever:

4.14.4.4.9.1. a implantação do Cisco ONE, Cisco DNA, Network-Based Application Recognition Version 2 (or Next Generation NBAR) e o uso do SWSS, visando principalmente, mas não limitado, o Cisco Application Visibility and Control (AVC), o Flexible NetFlow (FnF) e o Cisco Prime Infrastructure - Lifecycle License, com o intuito de garantir o adequado monitoramento dos equipamentos adquiridos;

4.14.4.4.9.2. as configurações necessárias, em forma de template, para o monitoramento dos ativos, equipamentos de rede e modems dos hubs e dos terminais do SISCOMIS (139 modems) pelas ferramentas de visibilidade e monitoramento (ferramentas da Cisco ONE, podendo ser ainda CA Spectrum, Zabbix ou Nagios) em implantação ou já em produção no ambiente do CONTRATANTE, podendo existir no ambiente ferramenta de alertas com envios para aplicativos de mensagem e o SNMPv3 ou Model Drive Telemetry (Streaming Telemetry);

4.14.4.4.9.3. a configuração da ferramenta para gerar indicadores (perda de pacote, latência, jitter etc) dos equipamentos, a ser acordado com o CONTRATANTE, podendo ser adotadas técnicas de RMON (Remote Network Monitoring), como IP SLA (Internet Protocol Service Level Agreement), NQA (Network Quality Analyzer) ou similar;

4.14.4.4.9.4. a confecção de relatórios, a serem gerados, de fiscalização dos contratos externos do CONTRATANTE de enlaces WAN, os quais a CONTRATADA confeccionará e analisará, em apoio ao CONTRATANTE, indicadores como, dentre outros, Disponibilidade, Perda de Pacote da Rede, Latência da Rede, Jitter, indicadores como, dentre outros e sempre que possível, Disponibilidade, Perda de Pacote da Rede, Latência da Rede, Jitter, Eb/N0, BER, Lock de portadoras e Potência RF;

4.14.4.4.9.5. a adoção de modelos de telas de monitoramento, com a respectiva implantação.

4.14.4.4.10. Plano de Remanejamento: deve considerar os ativos de rede que já estão instalados e os que serão substituídos, observado, sempre que for caso, as configurações necessárias motivadas pelas mudanças. Os ativos remanescentes devem ser transportados para o MD e essa logística é a cargo da CONTRATADA.

4.14.4.4.11. Minuta de Acordo de Nível Operacional (ANO) da Nova ROD:

4.14.4.4.11.1. estabelece procedimentos para gestão, controle e operação; e

4.14.4.4.11.2. contempla ainda uma Acordo de Troca de Tráfego (ATT), o qual delinea filtros e políticas de tráfego.

4.14.4.4.12. Plano de Transição, conforme descrito no item 4.13.5.

4.14.4.5. A fase para cada documentação adicional definida com o CONTRATANTE.

4.14.4.6. A CONTRATADA deverá ainda estruturar ao menos dois laboratórios, na infraestrutura do CONTRATANTE, para a simulação da Nova ROD, os quais permitirão realizar experimentos e simulações de rede que tangenciam as soluções e técnicas contidas na Nova ROD. Para tanto, deve-se preparar:

4.14.4.6.1. Laboratório físico, reaproveitando os equipamentos que serão substituídos ou remanejados, conforme item 4.13.4.4.10; e

4.14.4.6.2. Laboratório virtual, usando o EVE gratuito, com as customizações necessárias para facilitar a construção de vários ambientes de treinamento e de simulação.

4.14.5. Plano de Transição

4.14.5.1. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Transição, que contém procedimentos da passagem, de uma empresa para outra, da operação e manutenção da ROD, bem como gerenciamento dos serviços relacionados a essa rede, sem que haja queda na qualidade dos serviços de TI prestados pelo CONTRATANTE.

4.14.5.2. Esse plano deve incluir, dentre outros:

4.14.5.2.1. entrega de versões finais da documentação;

4.14.5.2.2. transferência das responsabilidades entre as empresas;

4.14.5.2.3. cronograma de atividades a serem realizadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

4.14.5.2.4. transferência final de conhecimentos remanescente sobre a operação e a manutenção da Solução;

4.14.5.2.5. transferência de perfis de acesso;

4.14.5.2.6. as configurações necessárias para operação, manutenção e monitoramento dos ativos em questão;

4.14.5.2.7. transferência de caixas postais, quando for o caso; e

4.14.5.2.8. devolução de recursos, se for o caso.

4.14.6. Transferência de Conhecimento

4.14.6.1. O objetivo e as condições da transferência de conhecimento são as mesmas descritas no item Erro: Origem da referência não encontrada. No entanto, deve ser dividido em módulos conforme descrito a seguir:

4.14.6.1.1. Módulo 1: focado na Nova ROD, devendo:

4.14.6.1.1.1. abranger todas as técnicas utilizadas para implantação dessa solução, com ambos os protocolos IPv4 e IPv6, focado também na integração com as redes das Forças, expondo ainda conceitos de IGP (OSPF e EIGRP), BGP, MPLS, CSC, IPSec, GETVPN, DMVPN, QoS e Engenharia de Tráfego;

- 4.14.6.1.1.2. Conter atividades hands-on de todos os conceitos e técnicas supracita, considerando um dos laboratórios definidos no item 4.13.4.6;
- 4.14.6.1.1.3. Deve observar as regras previstas no ANO (vide 4.13.4.4.11); e
- 4.14.6.1.1.4. ter, no mínimo, 40 horas de duração, os quais serão divididos em, no máximo, 20 horas semanais, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.
- 4.14.6.1.2. Módulo 2 – focado nos roteadores adquiridos (Tabela 1), devendo:
 - 4.14.6.1.2.1. incluir, no modelo hands-on, a operação, a configuração e o troubleshooting;
 - 4.14.6.1.2.2. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.
- 4.14.6.1.3. Módulo 3 – focado no Cisco ONE, devendo:
 - 4.14.6.1.3.1. conter, inclusive no modelo hands-on, a implantação do Cisco ONE, Cisco DNA, Network-Based Application Recognition Version 2 (or Next Generation NBAR) e o uso do SWSS, visando principalmente, mas não limitado, o Cisco Application Visibility and Control (AVC), o Flexible NetFlow (FnF) e o Cisco Prime Infrastructure - Lifecycle License, com o intuito de garantir o adequado monitoramento dos equipamentos adquiridos;
 - 4.14.6.1.3.2. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.
- 4.14.6.1.4. Módulo 4 – focado na implantação do IPv6, devendo:
 - 4.14.6.1.4.1. incluir, no modelo hands-on, a operação, a configuração e o troubleshooting;
 - 4.14.6.1.4.2. abordar tópicos como MPLS com 6VPE;
 - 4.14.6.1.4.3. abordar os estágios para implantação, sendo, dentre outros:
 - 4.14.6.1.4.3.1. links com a Internet e nas estações de trabalho do pessoal técnico, com uso de proxies adequados.
 - 4.14.6.1.4.3.2. servidores web ou e-mail e DNS;
 - 4.14.6.1.4.3.3. equipamentos de segurança;
 - 4.14.6.1.4.3.4. servidores corporativos, como de aplicação e de arquivos;
 - 4.14.6.1.4.3.5. demais estações de trabalho;
 - 4.14.6.1.4.3.6. dispositivos de VoIP e Videoconferência.
 - 4.14.6.1.4.4. Deve observar as regras previstas no ANO (vide 4.13.4.4.11); e
 - 4.14.6.1.4.5. ter, no mínimo, 20 horas de duração, podendo haver flexibilização com a autorização do CONTRATANTE.

Do item 7 da Tabela 2.1.

4.15.1. O presente serviço de suporte remoto visa apoiar tecnicamente a equipe do MD na configuração, operação e manutenção da Nova ROD, já caracterizada no item 1 desta especificação, por meio de um gerenciamento de processos de operação de serviços de TI, nos moldes preconizados pelas boas práticas do ITIL v3 ou v4.

4.15.2. Esses processos:

4.15.2.1. devem ser tutorados, sempre que possível, por um sistema de software, usando as ferramentas do CONTRATANTE, ou ainda ser proposto pela CONTRATADA, sendo que a adoção de qual ferramenta será decidida pelo CONTRATANTE.

4.15.2.2. estão definidos ao longo desse apêndice, mas o detalhamento será delineado no Plano de Liberação (vide item 4.15.22).

4.15.2.2.1. A confecção desse detalhamento será de responsabilidade da CONTRATADA, mas o CONTRATANTE fornecerá os modelos.

4.15.3. Por ser classificado como serviço de natureza continuada, a vigência do contrato será de até 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada conforme Art. 57 da Lei 8.666, inciso II e IV.

4.15.3.1. O serviço continuado não se forma com base em termos genéricos ou abstratos, mas apenas quando, diante de um caso concreto, a Administração verificar a essencialidade da prestação contratual para a manutenção de suas atividades e a necessidade de sua contratação por mais de um exercício financeiro continuamente.

4.15.3.2. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (TCU, Acórdão nº 132/2008, Rel. Min. Aroldo Cedraz, j. Em 12.02.2008).

4.15.4. O suporte deve ser 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato.

4.15.5. Os serviços deverão ser planejados conforme cronograma previsto em Plano de Liberação (vide item 4.15.22), que será elaborado pela CONTRATADA, nos moldes preconizados pelas boas práticas do ITIL v3 ou v4.

4.15.6. A fim de facilitar esse o Plano de Liberação, o CONTRATANTE disponibilizará os seguintes documentos:

4.15.6.1. Design atual da ROD;

4.15.6.2. As-built da ROD; e

4.15.6.3. Plano de Transição atual: documento que contém procedimentos da passagem do gerenciamento dos serviços da ROD consolidados em um compêndio.

4.15.7. A equipe técnica que realizará o suporte, composta por uma pessoa ou mais, será aquela apresentada pela CONTRATADA, cabendo a esta informar os dados dos técnicos envolvidos para a prévia liberação dos mesmos junto ao CONTRATANTE.

4.15.8. A CONTRATADA apresentará pessoa ou equipe para esse suporte com perfil técnico adequado e especialização necessária à execução do:

4.15.8.1. atendimento dos chamados;

gerenciamento e operação remota dos equipamentos adquiridos;

4.15.8.2. monitoramento (apenas) dos ativos a compõem a ROD, com exceção dos ativos de segurança;

4.15.8.3. assessoria de configuração e resolução de eventuais problemas e incidentes dos ativos de segurança;

4.15.8.4. acompanhamento dos processos de gerenciamento dos serviços de TI suportados pela ROD.

4.15.9. Essa pessoa ou equipe deve ter pelo menos 1 (um) especialista certificado em, no mínimo, CCNP Service Provider.

4.15.10. Não haverá relação de subordinação e dependência entre os empregados integrantes da equipe da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

4.15.11. Qualquer substituição na equipe técnica, após a sua definição, deverá ser efetuada, por escrito, com prévia anuência pelo CONTRATANTE, ficando desde já estabelecido que, nesta eventualidade, o substituto deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas do substituído.

4.15.12. A CONTRATADA deverá garantir os níveis mínimos de serviços, no que couber e sempre que possível, definidos no apêndice XI.

4.15.13. O serviço de suporte técnico deverá contemplar ainda, dentre outras, atividades tais como:

4.15.13.1. Orientações sobre uso e configuração dos hardware e técnica/software adotados, bem como sanar eventuais dúvidas e/ou dificuldades na utilização desses produtos para a Nova ROD;

4.15.13.2. Ações pró-ativas para aumentar a confiabilidade da Nova ROD, evitar e identificar a ocorrência de falhas ou suas consequências de técnica/software ou hardware, bem como orientações para prolongar sua vida útil, realizando diagnóstico, análise, avaliação, investigação e correção desses problemas de funcionamento; e

4.15.13.3. Apoio técnico na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados, sendo que o backup das configurações é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo, para tanto, usar os equipamentos do CONTRATANTE.

4.15.14. Gerenciamento de configuração

4.15.14.1. A CONTRATADA deverá fazer o gerenciamento de configuração da ROD, relacionado à manutenção, adição e atualização de relacionamentos entre os componentes e da situação dos componentes durante a operação da rede.

4.15.14.1.1. Engloba, ainda, a configuração dos parâmetros como os limites para que um alarme seja ativado e uma notificação seja enviada.

4.15.14.2. Deve ser capaz de identificar os componentes da rede e definir a conectividade entre eles, bem como modificar a configuração, sob a anuência do CONTRATANTE, em resposta às avaliações de desempenho, recuperação de falhas, problemas de segurança, atualização da rede ou para atender às necessidades dos usuários.

4.15.14.3. Suas principais funções são:

4.15.14.3.1. coleta de informações;

4.15.14.3.2. controle de inventário;

4.15.14.3.3. início e encerramento das operações dos elementos gerenciados;

4.15.14.3.4. alteração da configuração dos elementos; e

4.15.14.3.5. geração de relatórios.

4.15.14.4. Indicadores a serem elaborados semestralmente:

4.15.14.4.1. Índice de Evolução de Itens de Configuração: Histórico semestral do número de IC registrados.

4.15.14.4.2. Índice de não-conformidades de IC: Número de IC não-conformes com o Plano de Configuração/Número de IC Auditados no período

4.15.15. Gerenciamento de incidentes e problemas

- 4.15.15.1. O objetivo deste gerenciamento é detectar e isolar possíveis incidentes e problemas que possam causar falhas significativas à ROD.
- 4.15.15.2. Quando ocorrer um incidente ou problema, a CONTRATADA deve:
 - 4.15.15.2.1. registrar o incidente ou problema;
 - 4.15.15.2.2. determinar o local da falha;
 - 4.15.15.2.3. isolar, para que o componente possa continuar a funcionar sem interferências;
 - 4.15.15.2.4. reconfigurar a rede a fim de minimizar o impacto da operação sem o componente que falhou;
 - 4.15.15.2.5. reparar o componente com problemas para restaurar a rede ao seu estado anterior;
 - 4.15.15.2.6. gerar Base de Dados de Erros Conhecidos (BDEC).
- 4.15.15.3. Indicadores a serem elaborados bimestralmente:
 - 4.15.15.3.1. Índice de Eficiência de Resolução de Incidentes: Número de Incidentes Fechados no período sem o acionamento do Processo Gerenciamento de Problemas/Número de Incidentes Fechados no período
 - 4.15.15.3.2. Índice de Resolução de Incidentes: Número de Incidentes Fechados no período (IF)/Número de Incidentes (I)
 - 4.15.15.3.2.1. $I = \text{Aberto} + \text{Em andamento} + \text{Resolvido} + \text{IF}$
 - 4.15.15.3.3. Índice de Problemas Solucionados: Números de Problemas Fechados no período (PF)/Número de Problemas (P)
 - 4.15.15.3.3.1. $P = \text{Aberto} + \text{Em andamento} + \text{PF}$
- 4.15.16. Gerenciamento de Mudança
 - 4.15.16.1. É processo responsável pelo controle do ciclo de vida de todas as mudanças, permitindo que as benéficas sejam feitas com o mínimo de interrupção à ROD.
 - 4.15.16.2. O objetivo deste gerenciamento é garantir que os métodos e procedimentos padronizados mais adequados serão usados para o manuseio eficiente e imediato de todas as alterações.
 - 4.15.16.3. Suas principais funções são:
 - 4.15.16.3.1. Registrar Mudança;
 - 4.15.16.3.2. Avaliar Mudanças;
 - 4.15.16.3.3. Planejar e propor a mudança;
 - 4.15.16.3.4. Gerenciar e realizar a liberação;
 - 4.15.16.3.5. Revisar Mudança se for o caso; e
 - 4.15.16.3.6. Encerrar Mudança.
 - 4.15.16.4. Indicadores a serem elaborados semestralmente:

4.15.16.4.1. Índice de Evolução de Mudanças: Histórico do número de Mudanças Registradas nos últimos seis meses

4.15.16.4.2. Índice de Mudanças Emergenciais Aprovadas: Número de Mudanças Emergenciais registradas/Número de Mudanças Registrados

4.15.16.4.3. Índice de Mudanças Aprovadas: Número de Mudanças Aprovadas no período (MA)/Número de Mudanças (M)

4.15.17. Gerenciamento de desempenho

4.15.17.1. O objetivo deste gerenciamento é garantir a qualidade de exigida para a ROD.

4.15.17.2. Suas principais atividades são:

4.15.17.2.1. monitorar o desempenho;

4.15.17.2.2. caracterizar recarga de trabalho;

4.15.17.2.3. ajustar parâmetros;

4.15.17.2.4. identificar gargalos e corrigi-los;

4.15.17.2.5. comparar desempenho entre sistemas alternativos;

4.15.17.2.6. dimensionar os componentes do sistema;

4.15.17.2.7. gerar previsão de crescimento e tendências.

4.15.17.3. Esse gerenciamento auxilia no planejamento, administração e manutenção de grandes redes, sendo úteis para reconhecer situações de gargalo e aplicar ações corretivas antes que elas possam causar problemas ao usuário.

4.15.17.4. Indicadores a serem elaborados trimestralmente:

4.15.17.4.1. Índice de Capacidade de Serviços: Conjunto de medições feitas sobre a capacidade e desempenho dos equipamentos e enlaces, definidas no Plano de Capacidade (armazenamento, processamento, utilização de banda etc.)

4.15.18. Central de Serviços (CS)

4.15.18.1.1. A CONTRATADA então deverá oferecer uma Central de Serviços (CS) funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência em questão.

4.15.18.1.2. A CS pode ser composta pela mesma equipe já caracterizada no item 4.15.8.

4.15.18.1.3. A CS deverá incluir atendimento remoto (chamado), em língua portuguesa (PT-BR), por telefone obrigatoriamente e por sistema de ticket ou por e-mail, a fim de permitir a abertura das Ordens de Serviço (OS).

4.15.18.1.3.1. O Modelo das Ordens de Serviço (OS) para chamados será definido durante a elaboração do Plano de Liberação.

4.15.18.1.4. Não deverá haver qualquer limitação para o número de:

4.15.18.1.4.1. solicitações de suporte técnico; e

4.15.18.1.4.2. servidores do CONTRATANTE autorizados a abrir chamados de suporte técnico. No entanto, o CONTRATANTE apresentará uma lista de servidores autorizados.

4.15.18.1.5. Os serviços de suporte serão preferencialmente tratados remotamente pela equipe de suporte da CONTRATADA.

4.15.19. Monitoramento

4.15.19.1. O monitoramento da ROD os ativos e os enlaces WAN, LAN, internet e das redes metropolitanas que conectam esses ativos.

4.15.19.1.1. Não há necessidade de configuração ou intervenção nos MSC, nos ativos de segurança e nos do segmento espacial.

4.15.19.2. Todas as views de monitoramento devem estar disponibilizadas ao CONTRATANTE.

4.15.19.3. Deve monitorar a disponibilidade dos enlaces e dos ativos, gerando relatórios mensais.

4.15.19.4. Deve haver monitoramento ainda, sempre que possível, dos fluxos do tráfego da rede, apresentando, dentre outros, o volume, a distribuição do tráfego por aplicação (ssl, http, etc),

4.15.19.5. Deve contabilizar indicadores dos enlaces WAN, como perda de pacote, latência e jitter, gerando relatórios mensais.

4.15.19.6. O monitoramento de falhas deve ser proativo, ou seja, quando se registra um incidente ou problema até o vigésimo minuto após a sua ocorrência, bem como o início do procedimento de resolução, devendo observar o apêndice XI.

4.15.19.7. Deve monitorar a “saúde” de todos equipamentos e enlaces que compõem a Nova ROD.

4.15.19.8. Todos os relatórios supracitados devem ser encaminhados por e-mail e disponibilizados em sítio eletrônico hospedado na infraestrutura do CONTRATANTE, de forma similar ao exposto no seguinte sítio <<https://www.rnp.br/sistema-rnp/ferramentas/documentos>>.

4.15.19.9. Esse sítio eletrônico deve ser elaborado pela CONTRATADA, e deve conter ainda:

4.15.19.9.1. informações sobre eventuais mudanças que possam causar degradação ou indisponibilidade da ROD, incluindo o cronograma das preventivas;

4.15.19.9.2. a situação dos enlaces e ativos em tempo real, mostrando em cores distintas o estado desses itens, como disponibilidade, indisponibilidade, inativo, etc;

4.15.19.9.3. os diagramas on-line apresentados no apêndice XI.

4.15.19.10. Os detalhes e ajustes desses relatórios serão definidos no Plano de Liberação.

4.15.19.11. A CONTRATADA poderá ser ainda demandada pelo CONTRATANTE a configurar indicadores adicionais por meio das ferramentas aqui citadas e confeccionar relatórios correspondentes, sejam periódicos ou não.

4.15.20. Chamados

4.15.20.1. O atendimento aos chamados, que é remoto, serão classificados conforme o seu nível de severidade, a critério do CONTRATANTE, e devem ser executados de acordo com o apêndice XI.

- 4.15.20.2. A abertura do chamado indicará o início para contagem do tempo de solução das ocorrências do qual deverão ser descontadas as horas que dependam exclusivamente de ação do CONTRATANTE.
- 4.15.20.3. Diante da necessidade de serviço, e do não atendimento da CONTRATADA ou, ainda, da evolução do incidente ou problema, o CONTRATANTE poderá escalar os chamados para níveis superiores de severidade e/ou seus respectivos prazos.
- 4.15.20.4. Antes do fechamento de cada chamado, a CONTRATADA consultará o CONTRATANTE para validar o fechamento do chamado.
- 4.15.20.5. Um chamado fechado sem anuência do CONTRATANTE ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir do instante de abertura do chamado original, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.
- 4.15.20.6. Durante todo o período de suporte técnico, a CONTRATADA deverá informar e manter um número de telefone celular para fins de ligação direta entre o fiscal de contrato (CONTRATANTE) e o preposto.

4.15.21. Dos Relatórios Técnicos e documentos

- 4.15.21.1. Após toda ação pró-ativa ou recuperação de ambientes, deve haver registro pela CONTRATADA, em relatórios técnicos, para acompanhamento e controle da execução, bem como a devida atualização do As-built caso haja alteração de configuração.
- 4.15.21.2. Os relatórios técnicos deverão conter: data e hora do chamado, do início e término do atendimento, problema relatado, sintomas identificados, questionamento formulado, solução apresentada, número de horas para resolver, responsável pelo atendimento.
- 4.15.21.3. Os relatórios técnicos deverão ser assinado pelo técnico do CONTRATANTE ou pelo fiscal do contrato na condição de responsável pelo acompanhamento dos serviços.
- 4.15.21.4. O relatório técnico deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE até o terceiro dia útil do mês subsequente ao mês analisado, junto com a fatura referente ao mesmo, sendo contados o prazo a partir da assinatura do contrato.
- 4.15.21.5. A CONTRATADA também disponibilizará ao CONTRATANTE, via aplicativo ou mídia digital, Relatório de Ocorrências mensais, constando as características gerais, período de atendimento, status atual da ocorrência, nome do funcionário do CONTRATANTE que abriu o chamado e a descrição do problema.
- 4.15.21.6. A CONTRATADA deverá atualizar o Plano de Transição (item 4.15.6.3) e seus anexos até três meses antes do encerramento do contrato.

4.15.22. Plano de Liberação (ou Plano de Inserção)

- 4.15.22.1. Define mudanças que ocorrerão na ROD que serão planejadas, testadas e implantadas. A liberação pode principalmente incluir mudanças processos de gerenciamento, operação e documentação, mas também no hardware, software e outros;
- 4.15.22.2. Deve ter a preocupação em entregar o suporte exigido pelo negócio enquanto protege a integridade dos serviços;
- 4.15.22.3. Deve conter pacotes de liberação (ou pacotes de trabalho), um conjunto de itens de configuração que será construído, testado e implantado ao mesmo tempo, como uma única liberação;
- 4.15.22.4. Cada pacote de liberação poderá incluir uma ou mais unidades de liberação

4.15.23. Período de Funcionamento Experimental

4.15.23.1. A CONTRATADA passará por um Período de Funcionamento Experimental (PFE), que tem por objetivo a verificação do correto funcionamento da solução durante o tempo necessário para acompanhar um ciclo do Padrão de Atividade do Negócio (PAN) do CONTRATANTE.

4.15.23.2. Define-se o PFE como o suporte fornecido para o presente Serviço de TI por um período de 15 (quinze) dias corridos após a conclusão do Plano de Liberação.

4.15.23.3. Durante o PFE, a CONTRATADA pode rever alguns requisitos acerca da solução e também fornecer recursos e ajustes adicionais para o Gerenciamento de Incidentes e Problemas, desde que previamente remetido ao CONTRATANTE para análise e autorização.

4.15.23.4. Durante o PFE, devem ser sanados eventuais problemas de implantação e operação que venham surgir.

4.15.23.5. O PFE é considerado finalizado se, após 15 (quinze) dias corridos, não for identificado pelo CONTRATANTE quaisquer problemas no serviço prestado.

4.15.23.6. Caso, durante o PFE, o CONTRATANTE identifique a ocorrência de problemas relacionados ao correto funcionamento da solução ou do equipamento implantado que não sejam solucionados pela CONTRATADA, a contagem de tempo do PFE poderá, a critério do CONTRATANTE, ser reiniciada, e o tempo anterior não será computado para fins de pagamento.

4.15.23.7. Em caso de cumprimento satisfatório dos níveis de serviços estabelecidos durante o PFE, o CONTRATANTE tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do término do PFE para emitir o Termo de Recebimento Provisório.

4.15.23.8. O Termo de Recebimento Provisório deve incluir a data em que o PFE foi finalizado, a fim de aferir o seu encerramento.

4.15.23.9. Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o CONTRATANTE é responsável por realizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a validação da liberação e emitir o Termo de Recebimento Definitivo correspondente no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

4.16. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “G”)

Conforme exposto na subseção 4.13 deste termo.

4.17. Requisitos de Metodologia de Trabalho - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “h”)

Conforme exposto na subseção 4.13 deste termo.

4.18. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “I”)

Conforme exposto na subseção 4.6 deste termo.

4.19. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “J”)

O detalhamento da solução de TIC a ser contratada, que apresenta outros requisitos, está exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

4.20. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA O GRUPO 1:

A empresa partícipe do certame deve estar credenciada como Empresa Estratégica de Defesa - EED, em conformidade ao disposto no inciso IV, art. 2º da Lei 12.598/2012.

O envio da comprovação do cadastramento será dispensado, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do Governo Federal <https://www.gov.br/defesa/pt-br> (lista de Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e de Produtos Estratégicos de Defesa (PED)), imprimindo-a e anexando-a ao Processo.

Em atenção ao disposto no Termo de Licitação Especial (TLE) (2491066) e nas normas vigentes, por ocasião do envio da proposta de preços e para fins de cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica para os Módulos de Segurança Criptográficos, o licitante vencedor **DEVERÁ DECLARAR, ATRAVÉS DO ENVIO DE DOCUMENTO**, que:

- descreva o algoritmo criptográfico com 100% (cem por cento) de conteúdo nacional, apresentando documento que adota **algoritmo de Estado, conforme os Anexos A e B constantes na NC 09/IN01/DSIC/GSI/PR**, de 15 de julho de 2014, disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=keqyyQyPBvRYm0xKSsHL_DocpJLlgUzvosej6ZluuKg; e
- informe se tratar de um produto com o mínimo de 90% (noventa por cento) para o equipamento/*hardware*, apresentando declaração, em papel timbrado da empresa, listando os componentes do MSC com as respectivas procedências.

Ainda, a Empresa Estratégica de Defesa - EED:

- será submetida à avaliação das condições previstas no inciso IV do caput na forma disciplinada pelo Ministério da Defesa (art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.598/2012);
- será descredenciada caso deixe de atender às condições previstas no inciso IV, art. 2º da Lei 12.598/2012 (art. 11 do Decreto nº 7.970/2013); e
- poderá solicitar credenciamento de PED, a qualquer tempo, mesmo após a abertura do procedimento licitatório (art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 7.970/2013).

4.21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.21.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

4.21.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

4.21.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido

pelo Ministério da Fazenda;

4.21.2.2. seguro-garantia;

4.21.2.3. fiança bancária.

4.21.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

4.21.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

4.21.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.21.6. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 56, §4º da Lei nº 8666/93).

4.21.8. A contratada deve ainda realizar a prestação de garantia, inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a cinco por cento do valor do contrato, com prazo de validade de até noventa dias, contado da data de encerramento do contrato.

5 – RESPONSABILIDADES - (IN. 01/2019, ART. 16)

5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE - (IN. 01/2019, ART. 17, INCISO I, ALÍNEA “A” – “H”)

1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste termo e no APÊNDICE XI;
3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, de acordo com os critérios estabelecidos neste termo e no APÊNDICE XI;
8. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução MSC, com relação ao algoritmo de Estado, é do CONTRATANTE, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; (alínea "h" inc. I do art. 17 da IN nº 01/2019);

9. Outras obrigações estão dispostas no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - (IN01/2019, ART. 17, INCISO II, ALÍNEA “A” – “H”)

1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
8. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução MSC, com relação ao algoritmo de Estado, devem ser cedidos ao CONTRATANTE, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; (alínea "h" inc. I do art. 17 da IN nº 01/2019); e
9. Considerando o disposto no art. 9º do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, a CONTRATADA deve apresentar garantias para que, no caso de descontinuidade da produção do MSC ou na ocorrência do encerramento da pessoa jurídica relativa à área estratégica de defesa, sem sucessor equivalente que garanta a sua perenidade, seja assegurada a continuidade das capacitações tecnológica e produtiva no País, tais como:
 - 9.1. transferência à União, quando requisitado, da tecnologia relacionada aos PED;
 - 9.2. disponibilização da capacidade tecnológica e produtiva para outras EED;
 - 9.3. autorização da produção, sob licença, por outras EED;
 - 9.4. transferência da propriedade intelectual;
 - 9.5. ressarcimento dos investimentos realizados pela União; ou
 - 9.6. apresentação de garantias reais.
10. A fim de resguardar o segredo industrial, e para cumprimento de composição dos dados estatísticos do setor, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Ministério da Defesa e ao Ministério da Economia, relatórios anuais dos resultados sobre a produção, o comércio e o mercado de trabalho, e dos impactos sobre a cadeia da base industrial de defesa, conforme ato conjunto dos Ministros de Estado da Defesa e da Economia (art. 10 do Decreto nº 7.970/2013).

11. Outras obrigações estão dispostas no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - (IN.01/2019, ART. 17, INCISO III)

1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
4. Autorizar ou não o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação para órgão não participante da Ata de Registro de Preços, desde que prevista no instrumento convocatório, consultando o beneficiário da Ata e verificando as condições de fornecimento, de forma a evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento da Solução.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN. 01/2019, ART. 18)

6.1. Rotinas de Execução - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

6.1.1. Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III)

Em até 5 dias úteis da assinatura do contrato, será realizada a reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

- a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma;
- b) entrega, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V;
- c) esclarecimentos relativos a questões operacionais e administrativas do processo; e
- d) repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços e ao fornecimento de bens.

6.1.2. Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver

Quando da reunião inicial a Contratante deverá informar como se dará o processo de inserção da contratada, ou seja, como será o início dos trabalhos e os requisitos necessários ao acesso dos profissionais da Contratada nos espaços físicos e no ambiente tecnológico do Ministério

6.1.3. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a (s) nota (s) fiscal (is) / fatura (s) apresentadas para fins de pagamento.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 10 do Decreto nº 9.507, de 2018;

O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações;

Caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivar o cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico;

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;

A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial; e

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

Especificamente, o monitoramento da execução deverá observar o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, e consiste em:

- confecção e assinatura do **Termo de Recebimento Provisório (TRP)**, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço, e observando ainda o disposto no APÊNDICE XI;
- avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, a partir da aplicação de listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato;
- encaminhamento das demandas de correção à CONTRATADA, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;
- encaminhamento de indicação de sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;

- confecção e assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo (TRD)**, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nas alíneas acima, e observando ainda o disposto no APÊNDICE XI;
- autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, a ser encaminhada ao preposto da CONTRATADA;
- verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato;
- verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e
- manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

6.1.4. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

6.1.4.1. O prazo de entrega e instalação dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, em remessa parcelada, no endereço abaixo especificado, conforme registrado na respectiva Notas de Empenho.

6.1.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, a fim de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no APÊNDICE XI, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório, conforme modelo apensado no APÊNDICE III – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

6.1.4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.4.5. Os bens serão recebidos definitivamente, em atenção as regras também definidas no APÊNDICE XI, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo conforme modelo apensado no APÊNDICE IV - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

6.1.4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.1.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.1.5. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

6.1.6. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

6.1.7. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento e finalização do contrato - (IN. 01/2019, art. 35)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle - (IN. 01/2019, art. 18, inciso II)

A Tabela 6.1 apresenta a quantidade mínima de bens ou serviços para permitir a implantação da solução a fim de atualizar a ROD, estabelecer a RP e atender as organizações do SISMC², ficando para posterior implantação nos terminais do SISCOMIS, conforme informado na seção 3.6.

Tabela 6.1. Quantidade mínima de bens ou serviços

Gupo	Item	Bem/Serviço	Qtd
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia, instalação e configuração	33
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração	2
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR1001-X/K9	5
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9	8
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	24

Gupo	Item	Bem/Serviço	Qtd
	6	Instalação e configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L	19
	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses	1
	8	Curso 300-501 SPCOR : Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	6
	9	Curso 300-510 SPRI : Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	3
	10	Curso 300-515 SPVI : Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	3
	11	Curso 350-701 SCOR : Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	3
	12	Curso 350-801 CLCOR : Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).	3

6.3. Mecanismos formais de comunicação - (IN. 01/2019, art. 18, inciso III)

6.3.1. O mecanismo formal de comunicação entre o Contratante e a Contratada se dará mediante emissão de correspondência com os respectivos anexos que venham a ser necessários para o eficaz entendimento da comunicação e sua formalização.

6.3.2. Outras formas de comunicação estão descritas no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TI.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança - (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V)

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

O **Termo de Compromisso (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V, alínea “a”)**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V, alínea “b”)**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos APÊNDICE VI e VII.

Por fim, alerta-se, além do mais, pela indispensabilidade da celebração do Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo (TCMS), nos termos da Lei nº 12.527/2011 e observando o modelo do APÊNDICE X, pelas futuras empresas vencedoras do certame à respeito deste termo, no intuito de garantir, na forma da lei, o sigilo das informações que envolvem a presente solução.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN. 01/2019, ART. 19)

7.1. Critérios de Aceitação - (IN. 01/2019, art. 19, Inciso I)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção – (IN. 01/2019, art. 19, Inciso II)

Conforme exposto no APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DA ROD SEGURA, apensado ao presente termo.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN. 01/2019, art 19, Inciso I)

Os Níveis Mínimos de Serviço exigidos estão listados na Tabela 7.1 e no ADENDO E – CADERNO DE MÉTRICAS E NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS) PARA A SOLUÇÃO DE TI.

Tabela 7.1. definição do indicador de disponibilidade de entrega de O.S.

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE O.S.	
Tópico	Descrição

Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.</p>	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = $\frac{\text{TEX} - \text{TEST}}{\text{TEST}}$</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS; TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico. TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência. 	

Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 2,0% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 2,5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 3,0% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.</p>

7.3.1 – Níveis de Severidade

Conforme APÊNDICE XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TI.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento - (IN. 01/2019. art. 19, Inciso III e IV)

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal; e
- não mantiver a proposta.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no **IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS**, do item **7.3. - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**, deste Termo de Referência, além de:

a) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

- Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01

7.4.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

7.4.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;

7.4.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Termo de Referência.

7.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.4.7. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

7.4.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

7.4.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

7.4.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

7.4.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

7.4.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

7.4.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.4.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

7.4.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF; e

7.4.17. O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

7.5. Do Pagamento - (IN. 01/2019, art. 19, inciso V)

7.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3/MP/2018.

7.5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.4.1. o prazo de validade;

7.5.4.2. a data da emissão;

7.5.4.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.5.4.4. o período de prestação dos serviços;

7.5.4.5. o valor a pagar; e

7.5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/SEGES/MP/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.6.1. não produziu os resultados acordados;

7.5.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017, quando couber.

7.5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.16. A forma de pagamento e de vigência contratual deve observar, para cada contratação, os seguintes procedimentos:

7.5.16.1. Para os itens 1 e 2 do Grupo 1 da tabela 2.1

Deverão ser pagos conforme a demanda dos serviços, considerando o cronograma físico-financeiro da tabela 4.1, com uma vigência do contrato de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993".

7.5.16.2. Para os itens 3 ao 6 do Grupo 2 da tabela 2.1

Deverão ser pagos conforme a demanda dos serviços, considerando o cronograma físico-financeiro da tabela 4.1, com uma vigência do contrato de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993".

7.5.16.3. Para o item 7 da tabela 2.1

Deverá ser pago mensalmente no valor de um doze avos do preço apregoado, com uma vigência inicial do contrato de 12 meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993".

Cabe aqui justificar que o serviço é de natureza continuada tendo em vista os serviços de TI suportados pela infraestrutura da solução pretendida, e esta é demasiada grande e complexa, são orgânicos ao MD e, sendo assim, perduram com a instituição. Assim, para sustentar tal solução, pode ser necessário manter esse serviço por um período maior, conforme já justificado na subseção 3.1.5 deste TR

7.5.16.4. Para os itens 8 ao 12 da tabela 2.1

O pagamento é conforme o quantitativo de pessoas. Ademais, considerando que os cursos serão no formato à distância por até 6 meses, e observando os prazos para emissão do TRD e para o pagamento, a vigência do contrato 8 meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993".

7.5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = (6 / 100)$

365

I = 0,00016438

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 20)

Toda a estimativa da contratação constante na Tabela 8.1 foi calculada com base:

- na **pesquisa de preços**, que deu origem no Mapa Comparativo dos Preços e na Análise Crítica de Preços; e
- no dimensionamento dos **quantitativos** de bens e serviços necessários para a sua composição (art. 14 da IN nº 01/2019), tendo, como informação primária, ADENDO B – LOCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS TERMINAIS SATELITAIS e ADENDO C – LOCALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO DOS ATIVOS DE REDE do APÊNDICE XI a este termo.

TABELA 8.1. ESTIMATIVA DO VALOR DA SOLUÇÃO

GRUPO	ITEM	BEM/SERVIÇO	QTD	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia, instalação e configuração	151	R\$ 32.815,50	R\$ 4.955.140,50
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração	4	R\$ 118.289,49	R\$ 473.157,96
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR 1001-X/K9	15	R\$ 5.113,90	R\$ 76.708,50
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9	19	R\$ 6.681,95	R\$ 126.957,05
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	71	R\$ 6.681,95	R\$ 474.418,45
	6	Instalação e configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L	34	R\$ 4.694,85	R\$ 159.624,90
-	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses	1	R\$ 657.916,65	R\$ 657.916,65

-	8	Curso 300-501 SPCOR: Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	11	R\$ 14.118,75	R\$ 155.306,25
-	9	Curso 300-510 SPRI: Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	7	R\$ 15.558,75	R\$ 108.911,25
-	10	300-515 SPVI: Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	7	R\$ 15.558,75	R\$ 108.911,25
-	11	350-701 SCOR: Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	7	R\$ 8.775,00	R\$ 61.425,00
-	12	350-801 CLCOR: Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).	7	R\$ 10.012,50	R\$ 70.087,50
VALOR TOTAL				R\$ 7.428.565,26	

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN. 01/2019, ART. 21)

9.1. Adequação Orçamentária - (IN. 01/2019, art. 21, inciso I)

9.1.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta dos recursos orçamentários deste Ministério estão assim previstos:

9.1.1.1. ORGÃO/UNIDADE: 52101

9.1.1.2. UGR: 110404 – Departamento de Administração Interna do MD

9.1.1.3. PTRES: 168625 – Modernização do SISCOMIS

9.1.1.4. FONTE: 100

9.1.1.5. AÇÃO: 20X5 – Comando e Controle da Defesa Nacional

9.1.1.6. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa

9.1.1.7. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.40 e 4.4.90.52

9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro - (IN. 01/2019, art. 21, inciso II)

Conforme subseção 4.5 deste termo.

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A seguir, constam os prazos de vigência contratual:

10.1.1. **Vigência contratual relativa ao Grupo 1 da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, não podendo ser prorrogado, com base no art. 57 - IV, da Lei nº 8.666/93, sem direito ao reajuste previsto na seção 11 do Termo de Referência.

10.1.2. **Vigência contratual relativa ao Grupo 2 da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, não podendo ser prorrogado.

10.1.3. **Vigência contratual relativa ao Item 7 da tabela 2.1. do Termo de Referência:** após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, com base na Lei nº 8.666/93.

10.2. A contagem dos meses e anos, para fins de contagem de prazos contratuais, deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior;

10.3. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público;

10.4. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;

10.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento;

10.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;

10.7. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo; e

10.8. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL) – (IN. 01/2019 ART. 24)

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, onde o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração (Contratante), aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), apurado mensalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 11.3. Mesmo tratando-se de software desenvolvido por empresa estrangeira, o reajuste de preço da manutenção NÃO estará vinculado às variações do dólar.
- 11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 1
- 11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 11.10. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11. O ICTI poderá ser obtido em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN. 01/2019 art. 23)

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

Trata-se de bens e serviços comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO** para os grupos 1 e 2 e **MENOR PREÇO POR ITEM** para os itens de 7 a 12, nos termos do art. 1º, parágrafo único, c/c art. 3º da Lei nº 10.520/2002 e do disposto no § 1º, art. 9º do Decreto nº 7.174/2010, ressalvado o previsto na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 - que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

O direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte está previsto no Art. 47º da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), bem como, de diferente forma, na Lei nº 8.248/01. Entretanto, o Art. 48º da Lei Complementar nº 123/2006 prevê que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para os itens a serem adquiridos cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A modalidade da licitação em questão,

segue o previsto na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, esta Lei estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Desta forma, para a participação do procedimento licitatório, um dos requisitos é que a empresa tenha sido cadastrada como EED - Empresa Estratégica de Defesa.

Ocorre que, uma vez que a aquisição se dará por lote único, conforme justificado na subseção 12.3 deste Termo de Referência, os valores da aquisição ultrapassarão o valor de oitenta mil reais, não cabendo, neste caso, o direito de preferência imposto pelas legislações indicadas.

12.3. Justificativa para agrupamento dos itens

Para os itens 1 e 2 (GRUPO 1) da tabela 2.1.

É necessário garantir a compatibilidade dos protocolos da solução pretendida, bem como a uniformidade das instalações e configurações correspondentes.

Para os itens 3 a 6 (GRUPO 2) da tabela 2.1.

É necessário garantir a uniformidade das instalações e configurações dos protocolos da solução pretendida.

12.4 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação - (IN. 01/2019, art. 23, inciso IV)

Visando garantir que a empresa é qualificada a atender os Níveis Mínimos de qualidade dos Serviços e a fornecer bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, a Licitante deve apresentar cópia de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de entrega, instalação, treinamento e suporte técnico dos itens demandados neste Termo de Referência e respectivos Adendos, naqueles que apresentam maior relevância na composição desse conjunto de serviços, indicando também que executou serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto deste Termo.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos e serviços executados com as seguintes quantidades mínimas:

Grupo	Item	Bem/Serviço	Qtd
2	3	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ASR1001-X/K9	7
	4	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ISR 4451/K9	9

Grupo	Item	Bem/Serviço	Qtd
	5	Instalação e configuração do roteador similar ao CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	35
	6	Instalação e configuração do Switch similar ao CISCO Catalyst C9200L	17
	8	Curso 300-501 SPCOR : Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	5
	9	Curso 300-510 SPRI : Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	3
	10	Curso 300-515 SPVI : Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	3
	11	Curso 350-701 SCOR : Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	3
	12	Curso 350-801 CLCOR : Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).	3

13 – Demais requisitos aplicaveis (IN. 01/2019, alínea j, art. 16)

13.1. Em caso de divergências entre o Estudo Técnico Preliminar e o presente Termo de Referência, prevalecerão, para todos os efeitos, as condições contidas neste termo.

13.1. Em caso de divergências entre o Apêndice XI e o presente termo, prevalecerão, para todos os efeitos, as condições contidas no Apêndice XI.

14 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO (IN. 01/2019, art. 12, §6º)

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 2643/DEADI/SEORI/SG-MD, de 06 de agosto de 2020.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Seguem pensados a este termo, os seguintes documentos assinados pelo integrante técnico (quando for o caso):

- Apêndice I ao Termo de Referência - Termo de Licitação Especial;
- Apêndice II ao Termo de Referência - Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços;
- Apêndice III ao Termo de Referência - Termo de Recebimento Provisório;
- Apêndice IV ao Termo de Referência - Termo de Recebimento Definitivo;
- Apêndice V ao Termo de Referência - Documento de Oficialização da Demanda;
- Apêndice VI ao Termo de Referência - Termo de Compromisso;
- Apêndice VII ao Termo de Referência - Termo de Ciência;
- Apêndice VIII ao Termo de Referência - Termo de Confidencialidade;
- Apêndice IX ao Termo de Referência - Termo de Responsabilidade;
- Apêndice X ao Termo de Referência - Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio;
- Apêndice XI ao Termo de Referência - Especificações Técnicas da Solução da Rod Segura;
- Adendo A ao Apêndice XI do Termo de Referência - Proposta de Solução Para a Nova Rod;
- Adendo B ao Apêndice XI do Termo de Referência - Localização das Organizações e dos Terminais Satelitais;
- Adendo C ao Apêndice XI do Termo de Referência - Localização da Instalação dos Ativos de Rede;
- Adendo D ao Apêndice XI do Termo de Referência - Modelos de Telas de Monitoramento;
- Adendo E ao Apêndice XI do Termo de Referência - Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços (NMS) para a Solução de TI.
- Apêndice XII ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar Digital nº 46/2020.
- Apêndice XIII ao Termo de Referência - Mapa de Gerenciamento de Riscos.

ANEXO II ao Edital

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2020-MD
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2020
HORÁRIO: **9 horas**

Proposta que faz a empresa para eventual contratação de Empresa Estratégica de Defesa (EED) para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), caracterizando um Sistema Criptográfico de dados corporativos trafegados através de uma rede de comunicações, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de algoritmo criptográfico de Estado, e ainda a eventual contratação de empresas para a instalação, configuração e suporte remoto de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, bem como para capacitação avançada à equipe técnica do MD, a fim de atualizar a Rede Operacional de Defesa (ROD), visando também a implantação da Rede de Passagem, consoante especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº ____/2020-MD, conforme tabela abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL			
ENDEREÇO		UF:	CEP:
TELEFONES			
E-MAIL			

DADOS BANCÁRIOS

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	MARCA OU MODELO	FABRICANTE (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia, instalação e configuração	151				
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração	4				
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR 1001-X/K9	15				
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9	19				
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	71				
	6	Instalação e	34				

		configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L					
-	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses	1				
-	8	Curso 300-501 SPCOR: Implementing and Operating Cisco Service Provider Network Core Technologies	11				
-	9	Curso 300-510 SPRI: Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	7				
-	10	300-515 SPVI: Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	7				
-	11	350-701 SCOR: Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	7				
-	12	350-801 CLCOR: Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (LCOR).	7				

VALOR TOTAL	
--------------------	--

(OBSERVAÇÃO: VALORES ACIMA EM ALGARISMO E POR EXTENSO)

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2020-MD.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: ____ dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Dados da empresa:

Local e data, de de 2020.

Assinatura e carimbo - (Representante Legal)

ANEXO III ao Edital

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2020
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60220.000667/2019-68

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), Coordenação de Licitações (COLIC) / Núcleo de Pregão (NUPREG)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o **Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020, CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2020, Processo Administrativo nº 60220.000667/2019-68, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a eventual prestação de serviço de contratação de Empresa Estratégica de Defesa (EED) para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), caracterizando um Sistema Criptográfico de dados corporativos trafegados através de uma rede de comunicações, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de algoritmo criptográfico de Estado, e ainda a eventual contratação de empresas para a instalação, configuração e suporte remoto de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, bem como para capacitação avançada à equipe técnica do MD, a fim de atualizar a Rede Operacional de Defesa (ROD), visando também a implantação da Rede de Passagem**, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de *Pregão Eletrônico SRP* nº/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	MARCA OU MODELO	FABRICANTE (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia,	151				

		instalação e configuração					
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração	4				
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR 1001-X/K9	15				
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9	19				
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9	71				
	6	Instalação e configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L	34				
-	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses	1				
-	8	Curso 300-501 SPCOR: Implementing and Operating Cisco Service Provider	11				

		Network Core Technologies					
-	9	Curso 300-510 SPRI: Implementing Cisco Service Provider Advanced Routing Solutions	7				
-	10	300-515 SPVI: Implementing Cisco Service Provider VPN Services (SPVI)	7				
-	11	350-701 SCOR: Implementing and Operating Cisco Security Core Technologies (SCOR)	7				
-	12	350-801 CLCOR: Implementing and Operating Cisco Collaboration Core Technologies (CLCOR).	7				
VALOR TOTAL							

3. DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E DO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Ministério da Defesa**.

3.2. Não haverá Órgãos Participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da homologação, não podendo ser prorrogada.

6. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS

Contra-Almirante (IM)

Diretor do Departamento de Administração Interna

Representante Legal do Fornecedor Registrado

ANEXO IV ao Edital

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

*****APENAS PARA OS GRUPOS 1 E 2 E ITEM 7*****
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E A EMPRESA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), Coordenação de Licitações (COLIC) / Núcleo de Pregão (NUPREG)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o **Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 1.836/SEORI/SG-MD, de 16/05/2018 (publicada no DOU nº 094, de 17/05/2018), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012**, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **eventual contratação de Empresa Estratégica de Defesa (EED) para prover o fornecimento, instalação e configuração de PED Módulo de Segurança Criptográfico (MSC), caracterizando um Sistema Criptográfico de dados corporativos trafegados através de uma rede de comunicações, que obrigatoriamente deve atender aos requisitos de inserção de algoritmo**

criptográfico de Estado, e ainda a eventual contratação de empresas para a instalação, configuração e suporte remoto de equipamentos (ativos) de interconexão de rede, já adquiridos, bem como para capacitação avançada à equipe técnica do MD, a fim de atualizar a Rede Operacional de Defesa (ROD), visando também a implantação da Rede de Passagem, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	MARCA OU MODELO	FABRICANTE (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Módulo de Segurança Criptográfico (100 Mbps) com garantia, instalação e configuração	151				
	2	Módulo de Segurança Criptográfico (1 Gbps) com garantia, instalação e configuração	4				
2	3	Instalação e configuração do roteador CISCO ASR 1001-X/K9	15				
	4	Instalação e configuração do roteador CISCO ISR 4451/K9	19				
	5	Instalação e configuração do roteador CISCO	71				

		ISR 4431/K9 ou ISR 4331/K9					
	6	Instalação e configuração do Switch CISCO Catalyst C9200L	34				
-	7	Serviço de Suporte Técnico para a ROD por 12 meses	1				
VALOR TOTAL							

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A seguir, constam os **prazos de vigência contratual**:

2.1.1. **Vigência contratual relativa ao Grupo 1 da tabela 2.1. do Termo de Referência**: após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **48 (quarenta e oito) meses**, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., não podendo ser prorrogado, com base no art. 57 - IV, da Lei nº 8.666/93, sem direito ao reajuste previsto na seção 11 do Termo de Referência.

2.1.2. **Vigência contratual relativa ao Grupo 2 da tabela 2.1. do Termo de Referência**: após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., não podendo ser prorrogado.

2.1.3. **Vigência contratual relativa ao Item 7 da tabela 2.1. do Termo de Referência**: após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado, com base na Lei nº 8.666/93.

2.2. O item 7 poderá ser prorrogado, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$.....(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

4.1.1. Órgão/Unidade: 52101

4.1.2. UASG: 110404 (Departamento de Administração Interna do MD)

4.1.3. PTRES: 168625 (Modernização do SISCOMIS)

4.1.4. Fonte: 100

4.1.5. Ação: 20X5 (Comando e Controle da Defesa Nacional)

4.1.6. Programa: 2058 (Política Nacional de Defesa)

4.1.7. Natureza de Despesa: 33.90.40 e 44.90.52

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (IN. 01/2019. art 19, Inciso I)

9.1. Os Níveis Mínimos de Serviço exigidos estão listados na Tabela 7.1. do Termo de Referência e no Adendo E – Caderno de Métricas e Níveis Mínimos de Serviços (NMS) para a solução de TI.

Tabela 7.1. definição do indicador de disponibilidade de entrega de O.S.

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE O.S.		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE ≤ 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo	IAE = <u>TEX – TEST</u>	

(métrica)	<p style="text-align: center;">TEST</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS; • TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. • A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. • A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico. • TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 2,0% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 2,5% sobre o valor da OS;</p>

De 0,51 a 1,00 – Glosa de 3,0% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.
--

9.2. Níveis de Severidade: Conforme Apêndice XI ao Termo de Referência - Especificações Técnicas da Solução de TI.

10. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, e no Apêndice XI do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, e nas Especificações Técnicas da Solução da ROD Segura, Apêndice XI ao Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES E DAS PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS
Contra-Almirante (IM)
Diretor do Departamento de Administração Interna

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO V ao Edital

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
*****APENAS PARA OS ITENS 8, 9, 10, 11 E 12*****

Processo nº 60220.000667/2019-68

VERSO DA NOTA DE EMPENHO (NE) Nº _____, de ____/____/____

CONTINUAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO NOS TERMOS DO ART. 62 DA LEI 8.666/93

Cláusula Primeira: do objeto e da vinculação ao Instrumento Convocatório

O presente Termo vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/20__, bem como a proposta da Empresa _____, de ____/____/____.

Cláusula Segunda: Do regime de execução, da forma de fornecimento, dos critérios de aceitação, conforme o caso

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Terceira: Do preço e das condições de pagamento, dos critérios, da data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Quarta: Dos prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Quinta: Da dotação orçamentária

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Sexta: Das garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Sétima: Das obrigações do Contratante e da Contratada e Fiscalização

O adjudicatário deverá observar o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Oitava: Das sanções administrativas

O Adjudicatário estará sujeito às penalidades previstas o Termo de Referência, Anexo I do Edital, e as Especificações Técnicas, Apêndice XI ao Termo de Referência.

Cláusula Nona: Da rescisão

A rescisão contratual rege-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Décima: Da manutenção das condições de habilitação

Obriga-se o Adjudicatário a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

Cláusula Décima Primeira: Dos casos omissos

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Segunda: Do foro

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Aceite do Fornecedor:

Concordo com as condições indicadas nesta Nota de Empenho.

Obs: No caso de não comparecimento para retirada da 1ª via, no prazo de três dias úteis, a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio desta NE, será considerada como data de aceite aquela constante do recibo emitido pelo aparelho de fax, nesta transmissão.

Data ____/____/____
(Dentro do prazo de validade da Ata)

Assinatura e Carimbo

Referência: Processo nº 60220.000667/2019-68

SEI nº 3028076